

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

CHARLENE SALES BICALHO

**ALÉM DA SUPERFÍCIE: IMPACTOS DO DESENVOLVIMENTO NA
PESCA ARTESANAL DE REGÊNCIA AUGUSTA - ES**

VITÓRIA
2012

CHARLENE SALES BICALHO

**ALÉM DA SUPERFÍCIE: IMPACTOS DO DESENVOLVIMENTO NA
PESCA ARTESANAL DE REGÊNCIA AUGUSTA - ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado/2010) da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES (PPGAdm), como requisito total para obtenção do Grau de Mestre em Administração. Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades.

VITÓRIA
2012

Banca examinadora

Prof. Orientador
Dr. Ricardo Roberto Behr
Universidade Federal do Espírito Santo

Profa. Co-orientadora
Dra. Aline Trigueiro Vicente
Universidade Federal do Espírito Santo

Profa. Dra. Winifred Knox
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Eloísio Moulin de Souza
Universidade Federal do Espírito Santo

Aos pescadores de Regência Augusta.
Às retinas hipnotizadas, mareadas por lembranças das marés de outrora.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Inez, pelo estímulo em prol da retomada aos estudos, ao meu pai, Toninho, pelas conversas a respeito dos novos caminhos, enfim, ao amor incondicional de ambos durante minha existência. Ao meu irmão, Charles, pelo incentivo “E a pesquisa do Mestrado?”. A minha “irmã” Mariana pelas sessões de terapia quase semanais via Skype.

À sua generosidade, carinho e atenção a mim dedicados em qualquer dia, hora e lugar. Talvez você já saiba disso, mas foi o melhor que pude fazer Mestre João Gualberto. Ao orientador Ricardo, por me aceitar como orientanda sem restrições em um momento onde a transição seria decisiva para continuidade desse trabalho. A co-orientadora, Aline, pelas inúmeras releituras assíduas do trabalho sempre em reconstrução e, sobretudo por me traduzir nas entrelinhas das reinvenções de quem eu era.

Aos amigos que foram por mim adotados como família, obrigado por me aceitarem como filha, irmã, amiga – Pai Adelson, Mãe Iorrana, Rodreiau e Rafa. Ao Mestre Militão que devido à “cegueira” do Sr. César me apresentou parte do mundo que desbravou. Aos amigos que me receberam como irmã em suas vidas Thi, Romin, Zampera, Matheuzim e Dedé.

Aos que me acolheram em Regência sem sequer me conhecerem Perut, Profeta, D. Ilda, Verônica, Leydilú, Xismar. Em especial a família da Mãe Iná, pelas lembranças da casa da minha avó nos almoços de domingo, única casa onde até hoje consigo dormir quando não encontro lugar dentro de mim. Aos meus vizinhos Solange e Bodega por me salvarem nos momentos de dificuldade, pelos escambos realizados na cerca, por me ensinarem com paciência coisas simples da vida. Às crianças Davi, Maria Clara, Mateus, Nicolás, Marlon, Taissa, Natalissa e Pescador por me ultrapassarem com a pureza necessária ao meu convívio diário. Às portas abertas das casas dos amigos que me receberam durante minhas idas a Vitória.

Aos que sempre estavam à disposição para me fornecerem informações que não encontramos nos livros, mas nas palavras de quem pensa com os pés e faz com as mãos – Carlos Sangália, Bibiu e Aline. Em especial ao Pescador companheiro de

conversas travadas embaixo de miragens, encima das paisagens, sobre duas rodas; obrigada por me demonstrar através das atitudes à paciência que o mundo espera de nós.

Aos pescadores que permitiram minha entrada em suas casas, em terra, no rio ou no mar. Obrigada por me apresentarem quem eu sou no mar, pela experiência una de sentir o sabor do mar em terra. Obrigada pela contemplação dos infinitos tons em alto mar, pelos ensinamentos que atravessaram a imensidão das águas em cada olhar. Aos pescadores, heróis da Barra Sul do rio Doce, em especial: Sô Paulo, Flor, Cuíca, Dudú, Luís Preto, Audir, Eduardo, Pascoal, Hermínio, Abel, Humberto, Monstro, Mário, Beбето, Pedro Cabeludo, Paizinho, Aldo, Zé, Grimaldo, Monserrá, Darci, Índio, Zezelo e Bachá.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela concessão da bolsa de estudos que me possibilitou realizar tal pesquisa.

À Cris e ao Zé Carlos, pelos inesquecíveis momentos de solidão, somente possíveis devido minha estadia na Casinha de Boneca. Local onde alcancei encontros de paz na solidão.

Obrigada a todos.

RESUMO

Este estudo mostra como os pescadores artesanais de Regência Augusta, distrito de Linhares – ES, ressignificam seus trabalhos pesqueiros e práticas sociais perante Projetos de Grande Escala (PGE's) implantados tanto o rio Doce quanto no espaço marítimo. Pretende-se investigar a partir do olhar dos pescadores como ocorre o processo de transformação na prática pesqueira frente aos impactos ocasionados por esses investimentos. A pesquisa participante foi realizada na comunidade, por meio de metodologia qualitativa, no intuito de compreender a dinâmica dos pescadores artesanais de Regência Augusta, suas crenças, valores, atitudes e hábitos. A análise baseia-se em duas direções. Por um lado, relatos dos moradores e relatórios ambientais oficiais. Por outro, a descrição de duas reuniões do Plano de Compensação da Atividade Pesqueira da Pesquisa Sísmica Marítima 4D (PCAP), a partir da visão dos pescadores. A observação e análise nos levam aos seguintes resultados: a alteração das áreas de pesca antes realizada predominantemente no rio para o mar; inserção de novas modalidades pesqueiras; surgimento de novas ocupações e formas de trabalho; restrição da área de pesca devido pesquisas sísmicas realizadas na região por uma empresa do setor petrolífero; conflitos entre pescadores.

Palavras-chave: Regência Augusta. Pesca artesanal. Pesquisa sísmica marítima.

ABSTRACT

This study shows how the fishermen of Regency Augusta, district of Linhares-ES, resignificam fishing and social practices in its work towards large-scale Projects (PGE´s) deployed both the rio Doce and maritime space. Want to be investigated from the look of the fishermen as the process of transformation in practice against fishing impacts caused by these investments. The survey was carried out in the community, participating through qualitative methodology, in order to understand the dynamics of artisanal fishermen, their beliefs, Regencia Augusta, values, attitudes and habits. The analysis is based on two directions. On the one hand, the villagers reports and official environmental reports. On the other hand, the description of two meetings of the compensation plan of the Fishing Activity of 4 d Seismic Survey (PCAP), from the view of fishermen. The observation and analysis lead us to the following results: the modification of fishing areas held predominantly in rio to before the sea; insertion of new fishing methods; emergence of new occupations and forms of employment; restriction of fishing area because of seismic surveys carried out in the region for an oil company; conflicts among fishermen.

Keywords: Regencia Augusta. Small-scale fishing. Seismic survey.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vila de Regência Augusta e foz do rio Doce _____	25
Figura 2: Embarcação rebocando os arranjos de canhões de ar _____	77

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Caboclo Luis Preto _____	28
Fotografia 2: Casas antigas da Vila _____	36
Fotografia 3: Rio Doce _____	37
Fotografia 4: Pescaria de rede de espera no rio Doce _____	48
Fotografia 5: Ilhas no meio do rio Doce devido ao assoreamento _____	49
Fotografia 6: Farol novo _____	53
Fotografia 7: Ponta da Aninga _____	53
Fotografia 8: Pesca de espinhel no mar, Abel e Monstro _____	55
Fotografia 9: Hermínio retirando rede de pesca _____	57
Fotografia 10: Flor (à esquerda) e Audir durante pescaria _____	58
Fotografia 11: Hermínio molhando as manjubas _____	59
Fotografia 12: Hermínio (à direita), Audir (à esquerda) _____	59
Fotografia 13: Monstro, durante pescaria de espinhel no mar _____	60
Fotografia 14: Mar na Boca da Barra _____	61
Fotografia 15: Bandeira e espinhel no mar _____	62
Fotografia 16: Abel iscando o espinhel com manjuba _____	64
Fotografia 17: Monstro lançando o espinhel ao mar _____	64
Fotografia 18: Cuíca direcionando o espinhel _____	65
Fotografia 19: Cuíca e balsa ao fundo durante pescaria de espinhel _____	65
Fotografia 20: Monstro e Abel desembolando o espinhel _____	66
Fotografia 21: Peixe ainda submerso capturado _____	67
Fotografia 22: Peixes capturados durante pescaria de espinhel _____	67
Fotografia 23: Monstro e Abel recolhendo o espinhel _____	69
Fotografia 24: Abel e Monstro retirando a barrigada do baiacu _____	69
Fotografia 25: Unidade Operacional de Lagoa Parda _____	73
Fotografia 26: Terminal Aquaviário de Regência _____	73
Fotografia 27: Cavalo de extração _____	74
Fotografia 28: Lanche servido aos pescadores durante a reunião _____	86
Fotografia 29: Reunião no Centro Ecológico do Projeto Tamar _____	87
Fotografia 30: Reunião no Centro Ecológico do Projeto Tamar _____	91
Fotografia 31: Bloco Valete de Ouro _____	104
Fotografia 32: Banda de congo São Benedito de Regência _____	104
Fotografia 33: Banda de congo São Benedito de Regência _____	105
Fotografia 34: Festa de derrubada do Mastro _____	105
Fotografia 35: Forró na Choupana da Praia _____	106
Fotografia 36: Surfista na praia _____	106
Fotografia 38: Pescadores na sul do rio Doce _____	108

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapa da divisão regional do Espírito Santo _____	32
Mapa 2: Mapa hidrográfico do Espírito Santo _____	39
Mapa 3: Localização das áreas _____	72
Mapa 4: Mapa das áreas de influência _____	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Modalidades de pesca estuarina. _____	35
Quadro 2: Espécies predominantes nas pescarias _____	54
Quadro 3: Efeitos das ondas sísmicas _____	78

LISTA DE SIGLAS

ASPER – Associação de Pescadores de Regência

ELPN/IBAMA – Escritório de Licenciamento das Atividades de Petróleo Nuclear / Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

FINDES – Federação de Indústrias do Espírito Santo

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

PCAP – Plano de Compensação da Atividade Pesqueira da Pesquisa Sísmica Marítima 4D

PGEs – Projetos de Grande-escala

PSF – Programa Saúde da Família

SEAP – Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca

SIE – Selo de Inspeção Sanitária Estadual

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

UN – Unidades de Negócios

UO-ES – Unidade Operacional de Exploração e Produção do Espírito Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – PORTEIRA SUL DO RIO DOCE	24
1.1 LÓCUS DE INVESTIGAÇÃO	24
1.2 MARCO TEÓRICO – DISCUTINDO ALGUMAS CATEGORIAS	40
CAPÍTULO II – REFLEXOS ACIMA DA LINHA D’ÁGUA	47
2.1 REFLEXOS NA ÁGUA	47
2.2 DIÁRIO DE CAMPO – REDE DE ESPERA NO RIO DOCE	56
2.3 DIÁRIO DE CAMPO – PESCARIA DE ESPINHEL	59
CAPÍTULO III – REFLEXOS SUBMERSOS	70
3.1 AS PESQUISAS SÍSMICAS MARÍTIMAS	70
3.2 “PARABÉNS, FOI UM PROCESSO DEMOCRÁTICO!”	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICES	100
APÊNDICE A – VIAGEM	100
APÊNDICE B – SEJAM BEM-VINDOS	103
APÊNDICE C – “CABOCLO” BERNARDO	108

INTRODUÇÃO E NOTAS METODOLÓGICAS

O presente estudo parte da premissa de que mudanças sociais ocasionadas por Projetos de Grande-escala (PGEs)¹ trazem transformações aos modos de vida cotidianos e, por conseguinte às formas de trabalho, como nos indica o campo da pesca artesanal do distrito de Regência Augusta/ES. Nesse sentido, temos a intenção de compreender a partir do olhar dos pescadores como vem ocorrendo esses modos de resignificação no trabalho, ou seja, suas alterações ao longo do tempo.

A pesca artesanal em Regência/ES vem passando por um processo de transformação, sobretudo devido aos impactos gerados pelos PGEs instalados na localidade e por seus desdobramentos. Nesse trabalho destacaremos a maior empresa do setor petrolífero do Brasil como geradora de impactos ocasionados por pesquisas sísmicas marítimas, que por sua vez visam à descoberta de novas reservas de petróleo e de gás natural.

Num primeiro momento, percebe-se que a atividade pesqueira artesanal vem sofrendo com a perda do uso do espaço marítimo. Entretanto o tema se revela abrangente devido à riqueza de relações entre os atores locais² e os *outsiders*³ no campo de desenvolvimento, além de outros fatores que também refletem nas atividades pesqueiras. Para Ribeiro (2008) o campo de desenvolvimento é constituído por populações locais; empresários privados, funcionários e políticos em todos os níveis de governo; pessoal de corporações nacionais, internacionais e transnacionais; e pessoal de organizações internacionais de desenvolvimento. Sendo assim, tal reflexão se faz de suma importância para futuras interpretações de como os pescadores lidam com os atores do campo do desenvolvimento.

A escolha de Regência Augusta como *lócus* desse estudo deve-se a sua localização na foz do rio Doce, maior corpo de água doce do Estado do Espírito Santo, alvo de

¹ Termo utilizado por Ribeiro (2008) para designar projetos alicerçados por instituições como organizações governamentais e multilaterais, escolas de engenharia, bancos e corporações industriais.

² População local.

³ Instituições de desenvolvimento.

interesse das grandes empresas implantadas na região. Outro fator decisivo são as compensações ambientais realizadas na comunidade pesqueira devido aos estudos sísmicos marítimos que vêm ocorrendo nessa área. A avaliação sísmica é um método utilizado visando à descoberta de depósitos de petróleo e gás, por meio da emissão de ondas sonoras que se propagam no fundo mar.

Tais pesquisas têm promovido alterações na prática pesqueira, principalmente por restringir a área de pesca dos pescadores de Regência Augusta, dentre outras comunidades pesqueiras. Embora essas comunidades sejam recompensadas financeiramente, nos diz Portuguez (2009) “que o modelo de desenvolvimento Brasileiro, onde multinacionais se instalam com a promessa de melhorar as condições econômicas da comunidade gera uma crescente despolitização da população tendo em vista que seu papel se reduz a aceitar passivamente o apoio incondicional que lhes é ofertado” (tradução livre).

O presente estudo concentra-se, portanto, em entender os mecanismos de adaptação social e mudanças no trabalho pesqueiro por meio de observação participante, permitindo, dessa forma, compreender como o cotidiano dos pescadores transforma-se frente a tais impactos gerados. O trabalho em questão visa responder a seguinte problemática: “Como os pescadores artesanais de Regência Augusta ressignificam seus trabalhos pesqueiros e práticas sociais, sobretudo diante reflexos gerados por Projetos de Grande Escala (PGE’s)?”. Sendo assim, o objetivo converge com a abordagem qualitativa que segundo Minayo (1994, p. 23) visa compreender a realidade humana levando em consideração a subjetividade existente entre as relações sociais que, por sua vez, são compostas por crenças, valores, atitudes e hábitos.

Nesta investigação, utilizamos como fontes e procedimentos para obtenção de dados: a) o levantamento bibliográfico sobre o contexto sócio-histórico do Espírito Santo e de Regência Augusta; b) a pesquisa documental, na qual foram analisados os Projetos de grande-escala implantados e a serem implantados na região; c) os registros fotográficos realizados durante toda a pesquisa; d) as entrevistas não estruturadas realizadas durante acompanhamento nas pescarias e também fora delas; e) a observação participante com registro em diário de campo. Abaixo

relataremos como se deu a interação da pesquisadora com a comunidade em questão.

Os rastros da pesquisa de campo

Inicialmente buscou-se realizar um levantamento sócio histórico da comunidade de Regência Augusta por meio de trabalho de campo identificando elementos-chave para definição do objeto de estudo, até então não definido. Os primeiros contatos da pesquisadora com o lócus de pesquisa deram-se por meio de observações livres, durante os meses de junho 2010 a fevereiro de 2011. No intuito de estabelecer relações de convivência com os moradores de Regência a pesquisadora pernitoou na casa de nativos e de “pessoas de fora⁴” que moram no campo de pesquisa há alguns anos, durante as observações esporádicas. Enquanto era vista pelos de fora como “mais um” querendo morar em Regência, para os nativos era um elemento perturbador, tendo em vista a ausência de informações ao seu respeito. No intuito de amenizar tal fato a mesma obteve ajuda de um informante que a apresentou para algumas pessoas da comunidade.

Devido as suas peculiaridades, o cotidiano dos pescadores chamou atenção da pesquisadora. Dessa forma ele então passou a ser observado com mais acuidade. Ouvir estórias de pescadores, do Caboclo Bernardo e do Mestre Miúdo auxiliaram na compreensão de onde vinha a coragem daqueles homens para transpor a Boca da Barra. Acompanhar os festejos religiosos e profanos também ajudou a desvendar a dinâmica social local. Percebe-se que durante a trajetória da pesquisa exploratória feixes de luz foram lançados em direções diversas, entretanto tantas possibilidades proporcionaram maior aproximação nas relações estabelecidas no campo observado.

A pesca em Regência Augusta foi então eleita como objeto de estudo devido os motivos citados anteriormente. A maturidade trazida pelo tempo permitiu que fossem realizados diversos recortes em torno do objeto até culminar nos reflexos

⁴ Categoria utilizada para denominar aqueles que fizeram da vila sua morada, diferente daqueles que nasceram e vivem em Regência. Tal categoria inclui principalmente os profissionais do meio ambiente.

decorrentes das pesquisas sísmicas marítimas desenvolvidas por uma empresa do setor petrolífero, na pesca de Regência Augusta. Sendo assim, o ambiente natural, sobretudo os espaços marítimos, tornou-se o pilar de sustentação da pesquisa, tanto pelo valor simbólico quanto pelo valor prático.

A fotografia, escolhida pela pesquisadora como instrumento de investigação, foi aceita pelos moradores, tornando-se seu passe livre para caminhar pela cidade sobre a identidade de fotógrafa. De instrumento para coleta de dados a fotografia passou a ser um elemento de interação entre a pesquisadora e a população da Vila. Algumas fotografias foram reveladas e posteriormente entregues aos fotografados como restituição que de acordo com Eckert e Rocha (2008, p. 1) é “[...] o retorno ao grupo pesquisado das informações e dados que o (a) etnógrafo (a) deles retirou quando de sua estadia entre eles”.

As entrevistas informais realizadas entre maio de 2010 e janeiro de 2012 com perguntas abertas passaram a girar em torno das fotografias. Para Marconi e Lakatos (2007, p. 199) “o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada”. Cabe salientar que desde então se realizou notas de campo que posteriormente foram transpostas para o caderno de campo. Enquanto a fotografia permitiu a construção do conhecimento juntamente com o fotografado, em um processo de interação na qual os vínculos de pesquisador-pesquisado foram transpostos.

Devido à necessidade de organização, as fotografias foram classificadas⁵ e arquivadas no banco de dados da pesquisadora. Em seguida as mesmas foram selecionadas e posteriormente postadas no flickr⁶, um site da web de hospedagem e partilha de imagens fotográficas caracterizado também como rede social. Tal iniciativa foi realizada no intuito de dar retorno aos que não receberam as fotos reveladas, bem como compartilhar as imagens com os que não são da comunidade.

⁵ Animais, artesanato, congo, crianças, diversão, empreendimentos, nativos, Tamar, paisagens, pesca, quintais, reuniões e turistas.

⁶ www.flickr.com/photos/charlene_bicalho.

Ciente do acesso restrito da comunidade a internet, bem como, da inviabilidade econômica de revelar todas as fotos que foram tiradas durante o trabalho de campo, a pesquisadora realizou uma exposição⁷ fotográfica no Centro Ecológico do Tamar, em Regência Augusta, durante a festa de Carnaval (março/2011). Comentários de incentivo sobre a exposição foram recebidos, como: “Será bom ver Regência com o olhar de uma pessoa de fora” (Jorge, comerciante, nativo), assim como comentários do tipo “Não fui ver sua exposição porque vejo essas pessoas que fotografou aí todos os dias ao vivo” (Pedro, pescador). O local e o período em que as fotografias foram expostas podem ter influenciado na visitação da exposição por parte dos nativos. Entretanto cabe ressaltar que a utilização de tal recurso visual se fez de suma importância no processo de divulgação do conhecimento.

Após oito meses de pesquisa exploratória o problema de pesquisa foi delimitado dando então prosseguimento à segunda etapa da coleta de dados, na qual se realizou observação participante, que “[...] consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo”, Marconi e Lakatos (2007, p. 196). Após cerca de quatro meses procurando uma casa para alugar por um preço acessível, somente em março/2011, após o veraneio e o Carnaval, foi possível negociar o aluguel de uma casinha. Dessa forma a pesquisa passou a ser desenvolvida no *locus* de estudo, onde até hoje reside a pesquisadora.

Na ocasião, carregou na bagagem a confiança de que as relações estabelecidas durante os feriados e finais de semana seriam imediatamente estreitadas. Mas não foi exatamente o que aconteceu. Viver o cotidiano dos nativos sem compartilhar das mesmas referências, ao mesmo tempo sem abandonar seu quadro de referências alicerçado por experiências passadas, foi doloroso. Nesse processo, segundo Bachelard (apud BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2004, p. 19) “o conhecer deve evoluir com o conhecido”.

Fazer do *locus* de pesquisa sua morada forçou a pesquisadora a permear dimensões de tempos diferentes que passaram a conviver simultaneamente. Ela

⁷ Com o apoio da Secretaria de Cultura de Linhares e da Full Color Linhares. Todas as pessoas retratadas assinaram o termo de exibição de imagem, e receberam uma cópia da foto exposta de lembrança. A mesma exposição foi realizada em Linhares e no I Seminário de Ciências Sociais da UFES.

teve que adaptar-se há um tempo ao qual não pertencia, o tempo dos quintais, dos animais, das marés, dos cafés, dos ventos e das chuvas. As compreensões de tempo do meio rural o urbano, foram marcadas por náuseas devido à intensidade de luzes e sons aos quais estava exposta. Presenciou sua própria morte por diversas vezes, morte do que acreditava poder fazer em prol do outro, morte do que gostaria de construir naquela comunidade. Todos esses momentos foram simplesmente necessários para a reconstrução de suas identidades.

No intuito de permear o universo dos pescadores a pesquisadora passou a realizar as entrevistas não estruturadas durante as pescarias. Foram acompanhadas no total 8 pescarias, durante os meses de março a setembro de 2011, totalizando 20 entrevistados. Nas primeiras pescarias tentou-se gravar as entrevistas, mas notou-se que o instrumento era mais um fator inibidor, sendo assim foram realizadas notas de campo durante as pescarias. Essas foram posteriormente transcritas e categorizadas por temas no intuito de facilitar a organização das informações. Salientamos que fora as entrevistas realizadas com os pescadores durante as pescarias, também foram realizadas entrevistas com demais moradores durante toda a vivência da pesquisadora, permitindo assim melhor entendimento da dinâmica local.

Inicialmente foram formuladas algumas perguntas pontuais a cerca da problemática do trabalho, contudo não se obteve sucesso. Ao invés de uma “fusão de horizontes” o que no entender de Oliveira (2006, p. 24) seria um diálogo entre iguais, a pesquisadora acabou gerando alguns confrontos. A questão do gênero também contribuiu inicialmente para tal confronto, pois uma mulher não era bem aceita pelas esposas e pelos pescadores mais experientes, sobretudo participando de uma atividade reconhecida como exclusivamente do gênero masculino.

A inserção durante as pescarias, principalmente em alto mar foi marcada por desencontros propositais. Tornou-se normal o fato de alguns pescadores informarem o horário errado para que não fossem acompanhados nas pescarias. Sendo assim, a forma de coletar os dados foi modificada, o ponto chave das conversas travadas entre entrevistadora e entrevistados passou a ser o cotidiano de ambas as partes. Dessa forma descortinaram-se questões que auxiliaram no recorte do objeto.

Também se alterou o foco em acompanhar as pescarias com os pescadores mais velhos, pelos pescadores mais jovens. Contudo, ciente da importância dos relatos dos pescadores mais experientes, os mesmos foram identificados e posteriormente entrevistados, informalmente fora das pescarias.

Novamente a fotografia entrou em cena abrindo espaço para conversas acerca das participações nas pescarias. Com as imagens capturadas foi possível permear o imaginário visual do fotografado com o intuito de evitar o etnocentrismo até então vigente, muito frisado nos trabalhos etnográficos, aproximando o olhar do pesquisador com o do pesquisado. Segundo Martins (2008, p. 28), “o que o fotógrafo registra em sua imagem não é só o que está ali presente no que fotografa, mas também, e, sobretudo, as discrepâncias entre o que pensa ver e o que está lá, mas não é visível”.

Além do fato das fotografias terem sido importante fator de aproximação com a comunidade pesquisada, foi também uma forma de retribuição. Após a revelação de algumas fotos selecionadas, as mesmas foram dadas aos fotografados que por sua vez diziam o que as imagens representavam. Tais dados permitiram a pesquisadora um melhor entendimento do campo a ser pesquisado, construindo o entrosamento junto ao pesquisado. Segundo Oliveira (1996), o trabalho do antropólogo não é incompatível com atividades de outras disciplinas sociais, sobretudo quando articulam pesquisa empírica com a interpretação de seus resultados.

Resguardadas as devidas preocupações teóricas, cabe aqui salientar que os recortes realizados durante as entrevistas, as vivências durante as pescarias e as falas privilegiadas foram reinterpretados pela pesquisadora durante a transcrição e elaboração do texto do trabalho. Dessa forma salientamos que não nos eximimos da influência de uma subjetividade na elaboração da pesquisa, sobretudo a valorizamos, nesse sentido Velho (2006) nos diz:

“[...] O que importa é, sem ferir os padrões minimamente consensuais da atividade de pesquisa na nossa área de conhecimento, abrir espaço para investigações e trabalhos apoiados em mais liberdade, livres de certas camisas-de-força que cerceiam a criatividade.”
(VELHO, 2006, p.18)

Foi necessário um esforço para alinhar seu olhar na direção do que os pescadores olhavam. Quando acordava pela manhã estava sempre atenta ao clima para ver se os pescadores iam pescar, entretanto apenas fatores climáticos não determinavam a ocorrência da pescaria. Sendo assim, teve que aprender a compreender⁸ o que eles diziam. Foi também difícil acostumar a ouvir o que não é dito, como: a instabilidade dos fatores meteorológicos; o silêncio das ondas; a direção e identificação dos ventos sudeste, nordeste, terra; as cheias e as vazantes; as fases da lua.

Segundo Clifford (1998, p. 20), “a observação participante obriga seus participantes a experimentar, tanto em termos físicos quanto intelectuais, as vicissitudes da tradução”, assim, foi possível enxergar parte do que estava submerso, abaixo da linha d’água. Ou seja, foi possível participar das rotinas até então submersas por uma visão etnocêntrica. Tal fato nos leva a repensar duas questões, a primeira é o papel da mulher na atividade pesqueira, onde sua presença acarreta a “má sorte⁹”, restando-lhe trabalhos como o beneficiamento do pescado. O segundo é o lugar dos “de fora” para os “filhos da terra”, a dificuldade de aproximação e divisão social existente.

Além das observações realizadas durante as pescarias se fez de suma importância o acompanhamento de duas reuniões do Plano de Compensação da Atividade Pesqueira da Pesquisa Sísmica (PCAP) com os pescadores da Vila. Tais reuniões tiveram como objetivo assegurar o cumprimento da exigência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para concessão da licença ambiental, por conta da interferência causada por uma empresa do setor petrolífero durante a exclusão e restrição temporária do uso do espaço marítimo, conforme exposto no capítulo III.

Todos os dados coletados, seja por meio de entrevistas, das vivências oriundas da observação participantes, das leituras de livros, informações e notícias, foram selecionados de acordo com o recorte do objeto. Essa etapa exigiu uma análise para que no texto restassem somente as informações advindas do cruzamento de dados.

⁸ Apesar de falar o mesmo idioma, inicialmente a pesquisadora não compreendia o que os pescadores diziam.

⁹ Existe uma crença entre os pescadores que a presença da mulher durante as pescarias dá azar.

Quanto ao marco teórico, o mesmo foi sendo construindo ao longo da pesquisa, adequando-se dessa forma as informações encontradas no campo empírico.

Em suma, o trabalho está disposto em três ordens de informações. Inicialmente apresentaremos no primeiro capítulo o lócus de pesquisa a fim de situar o leitor quanto ao cenário pesquisado, juntamente com os marcos teóricos que inspiraram a possibilidade de reflexão nos capítulos posteriores. No segundo capítulo abordaremos algumas mudanças no trabalho e nas práticas sociais por meio de depoimentos dos pescadores, realizados ao longo da pesquisa. No último capítulo aprofundaremos a análise de um dos fatores que possivelmente tem alterado a forma de trabalho dos pescadores de Regência Augusta, as pesquisas sísmicas marítimas. Além disso, apresentaremos a descrição de duas reuniões do PCAP com a comunidade de pescadores da Vila, mostrando assim o grau de fragilidade da Associação de Pescadores de Regência (ASPER) como elemento político.

CAPÍTULO I – PORTEIRA SUL DO RIO DOCE

Nesse primeiro capítulo, situaremos o leitor quanto ao lócus de investigação, dinâmica local, costumes e contextualização da pesca. Além de apresentarmos algumas categorias teóricas que serão abordadas ao longo do trabalho. No intuito de trazer a você leitor uma visualização de aspectos e personagens que abordamos, complementaremos o texto com fotografias realizadas durante a pesquisa de campo.

1.1 LÓCUS DE INVESTIGAÇÃO

Regência Augusta, distrito de Linhares, está localizada a cerca de 120 km ao norte de Vitória, capital do Espírito Santo. Situada a 7 km da Reserva Biológica de Comboios¹⁰, cercada pelo rio Doce e o Oceano Atlântico, essa pequena vila ocupa uma área de cerca de 40 hectares. Possui aproximadamente 1022¹¹ habitantes, pertencentes a 288 famílias, sendo a distribuição por sexo a seguinte: 507 homens e 515 mulheres. As principais atividades econômicas são: pesca, Projeto TAMAR, Petrobrás e empreiteiras, Prefeitura, comércio e outros.

Durante a ocupação do Espírito Santo pelos portugueses, na procura de riquezas, ouro e pedras preciosas, as estradas hidrográficas eram as únicas vias de acesso do litoral com o interior e vice-versa, neste sentido o rio Doce se fez de extrema relevância na história da Vila de Regência Augusta. Ele nasce na Serra da Mantiqueira, Minas Gerais e atravessa o Estado do Espírito Santo de oeste para leste, percorrendo 202 municípios, vindo a desaguar entre as Vilas de Povoação e Regência Augusta. Seu nome foi dado pela esquadra portuguesa, em 1501¹², que encontrando água doce defronte à foz do rio deram-lhe o nome de rio Doce.

¹⁰ Criada em 1984 por meio do Decreto 90.222, a Reserva Biológica de Comboios foi criada pelo Governo Federal com o objetivo de conservação da espécie de tartaruga marinha.

¹¹ Tais informações foram cedidas pela Secretaria de Assistência a Saúde, equipe do Programa Saúde da Família (PSF). Os dados de 31/03/2011 são referentes ao número de habitantes permanentes, residentes na área urbana de Regência Augusta.

¹² Esquadra comandada pelo navegante André Gonçalves.



Figura 1: Vila de Regência Augusta e foz do rio Doce. Fonte: Plano de desenvolvimento integrado e sustentável do entorno da Reserva Biológica de Comboios.

Até o início do século XVII os descobridores portugueses se limitaram a defender as áreas litorâneas brasileiras das invasões estrangeiras e dos ataques indígenas. No início do século XVIII foram encontradas as primeiras jazidas minerais pelos bandeirantes paulistas na região mineira¹³. O Espírito Santo viveu durante séculos um fechamento para o mundo, sendo parte deste devido às restrições de acesso às regiões mineradoras pelo rio Doce e seus afluentes. Qualquer pessoa que chegasse ao Espírito Santo pelo rio Doce poderia ser presa pelas autoridades que mantinham desconhecida a geografia do curso do rio (ESPINDOLA, 2008).

Em 1796, com o esgotamento das minas, o príncipe regente Dom João a pedido do Conde de Linhares, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, abriu a navegação no rio

¹³ Foram encontradas jazidas em Mariana (1696), Ouro Preto (1698) e São João Del Rey (1705).

Doce. Em 1800, o Governador da Capitania do Espírito Santo, o senhor Antônio Pires da Silva Pontes, iniciou o mapeamento do baixo curso do rio Doce na tentativa de ocupação das terras a partir do Litoral. Os primeiros registros históricos descrevem o Forte de Regência Augusta em torno do qual surgiu o povoado, por volta de 1820, porém, desde o início da colonização as expedições que subiam o rio Doce passavam pela região. Contudo ele nunca foi completamente navegável, apresentando algumas dificuldades à navegação, segundo (REIS, 2003).

As dificuldades de navegação foram acentuadas após destruição das matas ciliares para cultivo da mandioca, seguida pela implantação de pastagens, e desmatamento para produção de carvão. As tentativas de navegação e ocupação as margens do rio Doce não obtiveram sucesso, devido principalmente a malária. A partir de tal fato a natureza passou a ser vista “como paisagem terrivelmente opressora e portadora de males terríveis” (ESPINDOLA, 2008). Iniciou-se então o desmatamento da mata ciliar sendo desta eliminados os obstáculos ao povoamento, as doenças, as pragas, os índios e, iniciou-se o povoamento e a agricultura.

A ocupação do litoral para o interior fracassou levando o Príncipe Regente a inverter o processo ao mesmo tempo em que declarou uma guerra ofensiva aos botocudos e demais índios em prol da “segurança” da navegação. Toda a região do Baixo Rio Doce era habitada pelos índios Aimoré¹⁴, vulgarmente conhecidos como botocudos em virtude dos botoques – discos brancos feitos, em geral, de madeira leve - que usavam nos lábios e nas orelhas (ZUNTI, 1941). Já em alguns relatos os botocudos eram vistos como sendo de convivência pacífica, mas se defendiam dos homens brancos que por sua vez buscavam ampliar os seus domínios.

Logo se percebeu que tal ofensiva aos índios, era desnecessária devido à fragilidade de tais povos que foram então catequizados e civilizados. Segundo Espindola (2008) os relatos de antropofagia presentes nas documentações do final do século XVII “[...] não passou de uma justificativa para a guerra ofensiva, dentro da tradição portuguesa do conceito de guerra justa.” Entre 1808 a 1818, o Governador da capitania do Espírito Santo fundou várias fortificações (quartéis militares) nas

¹⁴ Em Tupi, a palavra Aimoré significa nação diferente, que indica que esse grupo era culturalmente diferente dos demais.

margens do rio Doce, dentre eles o de Regência Augusta, na foz do rio e o Quartel Coutins, que mais tarde daria origem a Vila de Linhares.

O povoado de Coutins foi elevado à condição de Vila, recebendo o nome de “Vila de Linhares” em homenagem a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares. O comércio e transporte de mercadorias e de pessoas do quartel de Regência para Vila de Linhares eram realizados pelo “Sistema de Navegação Fluvial do Rio Doce”. No final do século XIX, a Vila de Linhares entrou em decadência e o Povoado de Colatina, que pertencia ao Município de Linhares, alcançou grande progresso, devido aos imigrantes italianos que se dedicavam ao cultivo da lavoura de café e à inauguração da “Estrada de Ferro Diamantina”, cujo traçado passava por Colatina, Baixo Guandú e parte dos municípios de Ibirapu, Santa Tereza e Itaguaçu, hoje incorporada à Estrada de Ferro Vitória-Minas.

O município de Linhares, em 1921, foi englobado ao município de Colatina, o que aumentou ainda mais sua decadência. Contudo, em 1943 o município de Linhares foi recriado¹⁵. Após seu desmembramento do município de Colatina, Linhares se desenvolveu vagarosamente. Dois fatos impulsionaram o desenvolvimento posterior do município: a construção da Ponte Presidente Vargas¹⁶ e o asfaltamento¹⁷ do trecho da BR-101, entre os municípios de João Neiva a Linhares. Tais fatos aliados ao asfaltamento da BR-101 de Linhares a capital em 1904 e a Estrada de Ferro Vitória a Minas têm impulsionado o desenvolvimento da região, culminando com o surgimento de inúmeras cidades e povoados ao longo do rio Doce.

As dificuldades de navegação citadas anteriormente aliadas à construção da ponte Getúlio Vargas¹⁸ em 1954, tornou as estradas fluviais dispensáveis. Até 1960 o baixo rio Doce não passou de uma fronteira agrícola fornecedora de alimentos para as cidades industriais. A vila de Regência Augusta, formada etnicamente por caboclos¹⁹ [foto 1], entrou em declínio tendo em vista que o escoamento das

¹⁵ Através do decreto nº 15.177.

¹⁶ Inaugurada em 1954, pelo então Presidente da República, Getúlio Dorneles Vargas.

¹⁷ Inaugurado em outubro de 1972.

¹⁸ Ponte sobre o rio Doce.

¹⁹ Miscigenação entre os índios moradores da barra sul do rio Doce e negros vindos de São Mateus.

mercadorias foi transferido para as estradas rodoviárias. Dessa forma a comunidade passou a viver uma exclusão sócio-territorial.



Fotografia 1: Caboclo Luis Preto. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 22/01/11.

A pesca nesse contexto era inicialmente praticada como fonte de subsistência, sendo realizada de forma rudimentar utilizando-se de técnicas herdadas dos povos indígenas. As pescarias eram realizadas em canoas com redes confeccionadas com linha de barbante e boias de madeira, gruzeiras²⁰, mijuadas²¹, tarrafas e linha de mão feita de tucum²². Outras formas de se capturar peixes abundantes na época eram o quitandu²³, a camboa²⁴ e o jequiá²⁵ utilizado para a pesca no rio do camarão pitu e lagosta.

²⁰ Uma corda esticada de uma vara a outra, anzóis presos a linhas de mais ou menos meio metro, pendentes nessa corda e enfileirados em distância regular.

²¹ Atualmente chamada de rede de espera.

²² Tipo de cipó.

²³ Armadilha afunilada.

²⁴ Cercado de madeira onde o peixe entrava na maré cheia e ficava preso na maré baixa.

²⁵ Confeccionado em taquara.

No Brasil, a atividade pesqueira foi reconhecida em 1960, por meio do Decreto-lei nº 221/67, revogado pela Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009 que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e da Pesca. No Capítulo III, art. 4º, a atividade pesqueira é compreendida “como todos os processos de pesca, exportação e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros”.

Neste trabalho abordaremos a pesca comercial artesanal definida no Decreto nº 221/67, de 29 de junho de 2009, capítulo IV, art. 8º:

a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte.

A pesca artesanal faz parte do cotidiano de diversas vilas pesqueiras, não só como fonte de alimento, mas também como modo de vida, fornecendo identidade a essas comunidades. Segundo Diegues (1999), várias culturas litorâneas ligadas à pesca como o jangadeiro (em todo o litoral nordestino, do Ceará até o sul da Bahia), o caiçara (no litoral entre o Rio de Janeiro e São Paulo) e o açoriano (no litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul) emergiram de atividades pesqueiras.

Ao contrário da atividade pesqueira comercial industrial, a artesanal não é realizada por meio do regime de parceria por cotas partes, contém embarcações de pequeno porte, sendo praticada de forma autônoma, além de se apresentar como organizadora das demais dimensões da vida social, norteando hábitos alimentares, festividades, formas de solidariedade e negociação.

Tal modo de vida está diretamente relacionado aos recursos naturais da região onde se sustenta, tendo em vista que depende do ecossistema aquático para execução das práticas profissionais. Todavia, se o ambiente torna-se inadequado para reprodução e sobrevivência dos peixes, tal modo de vida tende a ser alterado, ou seja, torna-se alvo de ressignificações ou passa a ser até mesmo extinto.

Ser pescador na atualidade significa assumir um ofício tradicional, ou seja, assumir uma conduta desviante dentro das ideologias modernizantes instauradas (PRADO, 2002). De acordo com a legislação vigente, no inciso I presente no artigo 3º do decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, uma Comunidade Tradicional pode ser denominada como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condições para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Tal denominação vai ao encontro da definição de Diegues (apud DIEGUES, 2001, p. 87):

Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil (*petty mode of production*) é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse "*know-how*" tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação. Como essas populações em geral não têm outra fonte de renda, o uso sustentado de recursos naturais é de fundamental importância. Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena. Outras características importantes de muitas sociedades tradicionais são: a combinação de várias atividades econômicas (dentro de um complexo calendário), a reutilização dos dejetos e o relativamente baixo nível de poluição. A conservação dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura, uma ideia expressa no Brasil pela palavra "respeito" que se aplica não somente à natureza como também aos outros membros da comunidade.

Ainda nesse sentido o autor salienta que o reconhecimento é um dos aspectos mais importantes para intitular determinada comunidade como tradicional. Neste trabalho pode-se ilustrar tal fato com o relato de pescadores que trabalham em empresas que prestam serviço para Petrobrás, e mesmo assim se auto-reconhecem como pescadores.

Os pescadores artesanais são responsáveis por 60% da pesca nacional, resultando em uma produção de mais de 500 mil toneladas por ano. De acordo com o Relatório técnico sobre o censo estrutural da pesca artesanal marítima e estuarina de 2005, a

região costeira do Espírito Santo possui aproximadamente 460 km de extensão, sendo composta por 14 municípios, a saber: Anchieta, Aracruz, Conceição da Barra, Fundão, Guarapari, Itapemirim, Linhares, Marataízes, Piúma, Presidente Kennedy, São Mateus, Serra, Vila Velha e Vitória. O setor pesqueiro se faz de grande relevância para a economia do Estado tendo em vista que é responsável pela geração de, aproximadamente, 14.000 empregos diretos e 5.000 indiretos.

O Estado possui como forma de representação mais antiga 12 Colônias de Pescadores e Aquiculturas, além de 25 associações ativas, 01 cooperativa de pesca e 01 federação das entidades de aquicultura e pesca profissional. Dos 14 municípios citados acima, dois encontram-se na Microrregião de planejamento 06²⁶, dois na Microrregião de planejamento 02²⁷, cinco na Microrregião de planejamento 01²⁸ e quatro nas Microrregiões de Planejamento 03²⁹ e 11³⁰. O município de Linhares, do qual Regência é distrito localiza-se na microrregião 2, juntamente com Aracruz. Como representação dos pescadores existe duas colônias, a Z-7 e a Z-6, da qual a Associação de Pescadores de Regência faz parte. Para melhor visualização segue mapa da divisão regional do Espírito Santo.

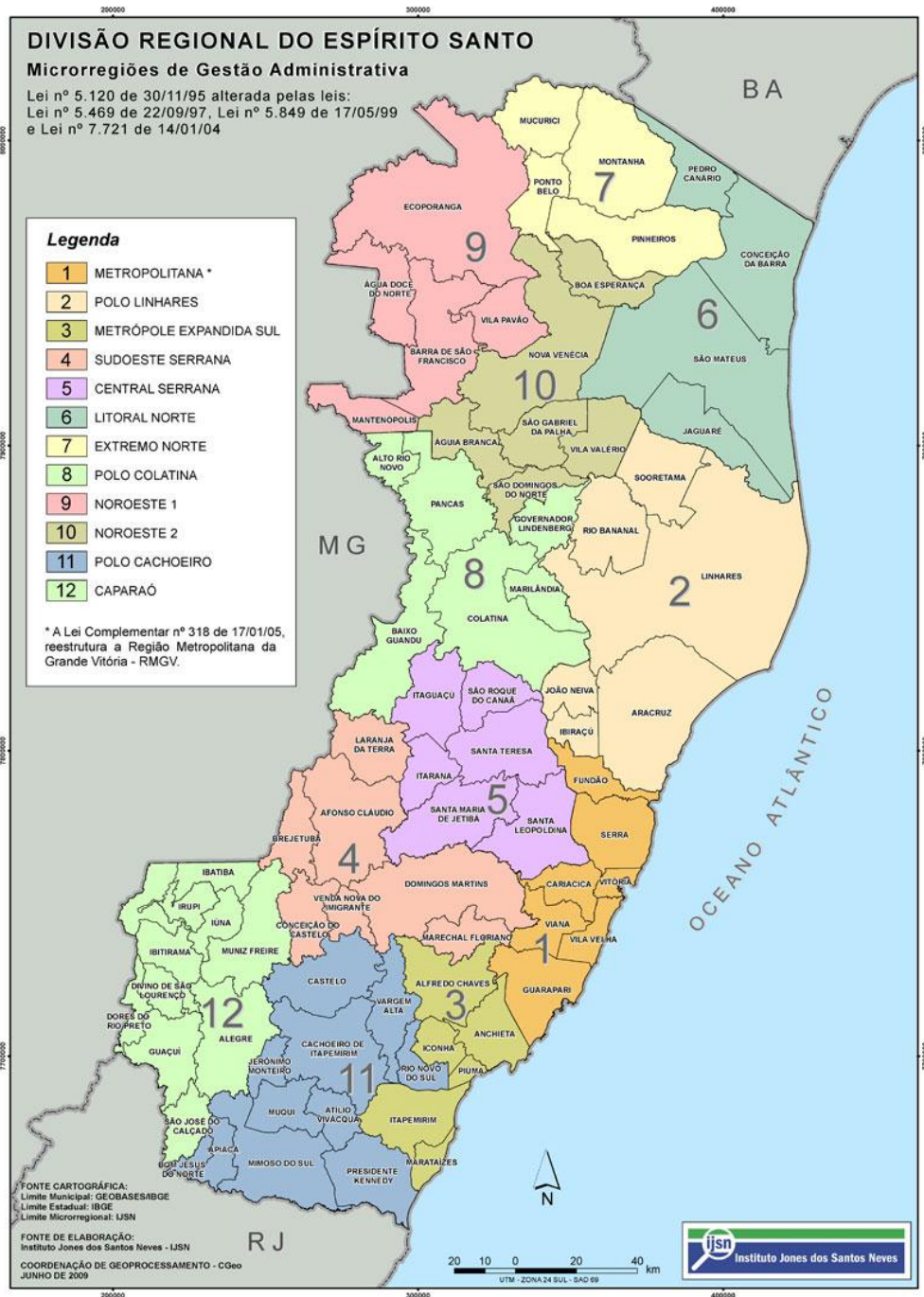
²⁶ Formada pelos municípios de Conceição da Barra, Jaguaré, Pedro Canário e São Mateus.

²⁷ Formada pelos municípios de Aracruz, Ibirapu, João Neiva, Linhares, Rio Bananal e Sooretama.

²⁸ Formada pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória (capital).

²⁹ Formada pelos municípios de Alfredo Chaves, Anchieta, Iconha e Piúma.

³⁰ Formada pelos municípios de Apiacá, Atilio Vivacqua, Bom Jesus do Norte, Castelo, Cachoeiro de Itapemirim, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul, Muqui, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul e Vargem Alta.



Mapa 1: Mapa da divisão regional do Espírito Santo.

Fonte: www.es.gov.br/site/imagens/espírito_santo/mapas.jpg (acesso em 28 jun. 2011).

Criada em 1998 a Associação de Pescadores de Regência (ASPER), segundo reza o estatuto, possui como finalidade a representação, promoção do desenvolvimento econômico dos pescadores associados, bem como a defesa dos direitos e interesses dos mesmos. Segundo o entrevistado A (2011), funcionário da Prefeitura de Linhares, “[...] tudo começou com uma solicitação da Colônia Z6 – Caboclo

Bernardo, para que a comunidade de Regência tivesse um porta voz junto a Colônia e outras instituições [...]”.

Na época as seguintes pessoas incentivaram a idéia de criação de uma associação de pescadores: Carlos Sangália, Joca, Aranha, Nelsinho (na época todos funcionários do Projeto Tamar), Janilson (Presidente da Colônia Z-6), Geraldo (extensionista do Incaper), Noel de Assis, Zé de Sabino, Leônidas Carlos, Sapateiro, Sônia, Arnoilton, Jerônimo (todos pescadores), dentre outros.

Ainda segundo o entrevistado A (2011), antes da criação da ASPER faltava infraestrutura e os pescadores eram desorganizados. Muitos deles não eram registrados sendo dessa forma penalizados socioeconomicamente. Atualmente cerca de 56 pescadores são legalizados, além de possuírem maior diálogo com instituições governamentais e empresas privadas. Segundo o entrevistado B (2011), funcionário do Projeto Tamar, [...] a parceria do Tamar junto aos pescadores não foi realizada apenas porque os pescadores comiam tartaruga, mas porque eles precisavam se organizar [...].

Quanto à infraestrutura, a ASPER possui atualmente: uma sede própria fornecida pela Petrobrás, com bancadas de inox doadas pela Aracruz e um computador; um veículo Saveiro com baú fornecido pela Prefeitura de Linhares, que permite o transporte de parte da produção local sem necessidade de atravessador uma vez que o acesso ao distrito é difícil; uma fábrica de processamento pescado onde trabalham mulheres dos pescadores fazendo bolinhos de peixe; uma fábrica de gelo, doada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP); horta comunitária que fornece alimentos à escola da comunidade e uma câmara fria para conservação do pescado. Nota-se que com a implantação de investimentos na região a associação cresceu por intermédio de medidas compensatórias.

No que diz respeito à comercialização, a ASPER compra, beneficia (limpa), armazena e comercializa. Mas os pescadores preferem realizar a venda em suas próprias casas, onde condicionam o pescado em freezers ou geladeiras. Tal fato se deve a diversos motivos dentre eles a impossibilidade da associação em pagar pelo

pescado no ato da entrega do mesmo, tendo em vista que não possui capital de giro sendo necessário primeiro efetuar a venda para poder repassar o valor ao pescador.

Atualmente a Vila possui aproximadamente 300 pescadores, dos quais 56 são associados à ASPER. A transmissão dos saberes da arte pesqueira em Regência Augusta se dá por meio de familiares, onde geralmente poucos continuam com a mesma profissão do pai. Como exemplo temos o filho do entrevistado C (2011), pescador, de 12 anos o único dentre os cinco filhos a seguir o pai durante as pescarias. Em outros casos a transmissão se dá por intermédio de pessoas que não são da família, como é o caso do entrevistado D (2011), pescador desde os 14 anos, “[...] sou filho de cachaceiro³¹, aprendi a pescar assim, como os outros, trabalhando pros outros [...]”, diz entrevistado que hoje é Mestre de seu próprio barco chamado Nova Vida.

A pesca continua sendo realizada de forma artesanal, por meio de apetrechos tradicionais confeccionados com outros materiais, modificando dessa forma o trabalho e as formas de fazer. Como exemplos temos as seguintes modalidades de pesca estuarina, a saber:

Modalidades	Embarcação
<p>a) Caceio - consiste na captura dos peixes que vêm do mar para desovar no rio. Inicialmente os pescadores identificam um pesqueiro, juntamente com uma corrente marítima que fará a rede descer. Então dois pescadores lançam a rede na água, esta possui uma boia de marcação mais leve que permite maior agilidade. Enquanto isso o barco fica a deriva, ou mira-se³² alguma rede neste intervalo. O mestre, no momento em que a rede esta com peixe, faz sinal aos demais para que a mesma seja recolhida. Ela é retirada d'água com o auxílio do bicheiro, logo depois os pescadores desprendem os peixes capturados e os acondicionam em caixas ou baldes. Tal pescaria pode ser</p>	<p>Somente embarcado.</p>

³¹ Expressão utilizada para dizer que o pai não trabalha, apenas toma cachaça.

³² Denominação utilizada pelos pescadores para o ato de verificar se algum peixe foi capturado na rede.

<p>repetida em outros locais, por diversas vezes. Essa modalidade permite a captura de vários tipos de peixe como: robalo, cumatã, bagre caçari, bagre branco, carapeba, tainha e guaibira.</p>	
<p>b) Rede de espera – Essa modalidade trata-se da rede de pesca que é colocada a espera do pescado, amarração de corda presa a garatêia de ferro que a mantém presa. O pano de formato retangular possui boias na parte de cima e chumbos na parte de baixo. A garatêia é jogada na água; em sequencia as redes são colocadas na água geralmente por um ou mais pescadores. As redes são feitas com panos de 100 metros e por 50 malhas de altura, ou seja, em torno de 5 metros A panagem é estendida entre duas cordas: uma corda superior munida de flutuadores e uma inferior, com um lastro ou chumbada. Graças às boias o pano mantém-se verticalmente na água. Alguns peixes são capturados por ficar malhados pela parte central do corpo e outros porque o fio da rede se envolve com o osso maxilar ou com os dentes. Estas redes têm tamanho de malhas que variam segundo a classe de peixe que se quer capturar. As que são mais comumente utilizadas têm entre 0,60, 0,50, 0,12 e 3 e 6 cm de nó a nó. Estas são fabricadas de fio fino, geralmente de polietileno. O relacionamento entre os flutuadores e as chumbadas pode permitir três posições da rede: rede de fundo e rede boiada. Estas redes são miradas duas vezes ao dia para que o pescado não estrague; o horário não tem a ver com a maré, mas sim com o horário de transpor a Boca da Barra.</p>	<p>Embarcado e desembarcado.</p>
<p>c) Tarrafa – pescaria realizada com uma rede de pesca circular com pequenos pesos distribuídos ao seu redor. A tarrafa é arremessada com as mãos, de tal forma que a mesma abre-se antes de cair na água.</p>	<p>Desembarcado.</p>
<p>d) Linha de mão – pesca realizada com linha e anzol.</p>	<p>Embarcado e desembarcado.</p>

Quadro 1: Modalidades de pesca estuarina.

Os tipos de embarcações existentes são de médio e pequeno porte, movidas a remo ou motor de poupa ou motor de centro, sendo os segundos barcos de boca aberta³³ ou canoa. Em 1998 foram inseridos, na frota de embarcações de Regência Augusta, seis barcos de médio porte vindos da Bacia de Campos destinados à pesca de camarão.

A localização das residências mais antigas da Vila [foto 2] próximas a foz do rio Doce e do rio Preto³⁴ indica onde a pesca predominava em tempos áureos, mas atualmente os pescadores necessitam ir para o mar em busca do pescado que está escasso nos estuários. De acordo com o entrevistado E (2011), pescador, “[...] antigamente a gente ia pro mar de canoa, mas era como uma brincadeira porque nem precisava com uma tarrafada no rio Doce a gente pegava muito peixe, hoje em dia não [...]”.



Fotografia 2: Casas antigas da Vila. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 08/04/11.

Dessa forma verifica-se que o rio Doce [foto 3], fonte de recursos para a comunidade pesqueira, encontra-se ameaçado. A sangria por água doce pode agravar ainda mais as condições da pesca estuarina, em Regência. Segundo entrevistada F (2010), marisqueira, “[...] há uns 40 anos atrás a água do rio Doce era usada pra

³³ Embarcações sem convés.

³⁴ Afluente do rio Doce.

gente tomar banho, lavar vasilhas e as roupas quando a água estava clara, mas depois que construíram umas barragens rio acima acabou o rio agora está cheio de ilhas, a água suja [...]”.



Fotografia 3: Rio Doce. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 30/04/11.

Além das barragens, segundo Meirelles e Calazans (2006) foi construído o canal de derivação de água, chamado de Caboclo Bernardo, em benefício da Aracruz Celulose para que a mesma ampliasse sua capacidade de produção para 2 milhões de toneladas/ano. Para tanto, em 1999 foram construídos mais de 50 km em canais abertos, interligando o rio Doce à bacia do rio Riacho, passando pelo rio Comboios, compondo o complexo hidráulico da Aracruz Celulose.

Retomando a fala da entrevistada F (2010), podemos apontar que a implantação de grandes empreendimentos próximos ao rio Doce traz interferências para tal comunidade de pescadores, podendo ser positivas ou negativas. Entretanto devemos nos atentar aos efeitos negativos gerados por grandes projetos de infraestrutura que visam apenas o desenvolvimento econômico esquecendo-se de levar em conta os impactos socioambientais (SILVEIRA, 2011). Ainda segundo esse autor, tais projetos trazem graves consequências para as comunidades tradicionais, que por sua vez não conseguem fazer valer seus direitos devido ao discurso desenvolvimentista dos que detém o poder político. Dessa forma os pescadores artesanais ribeirinhos vêm sofrendo com a poluição das águas dos rios.

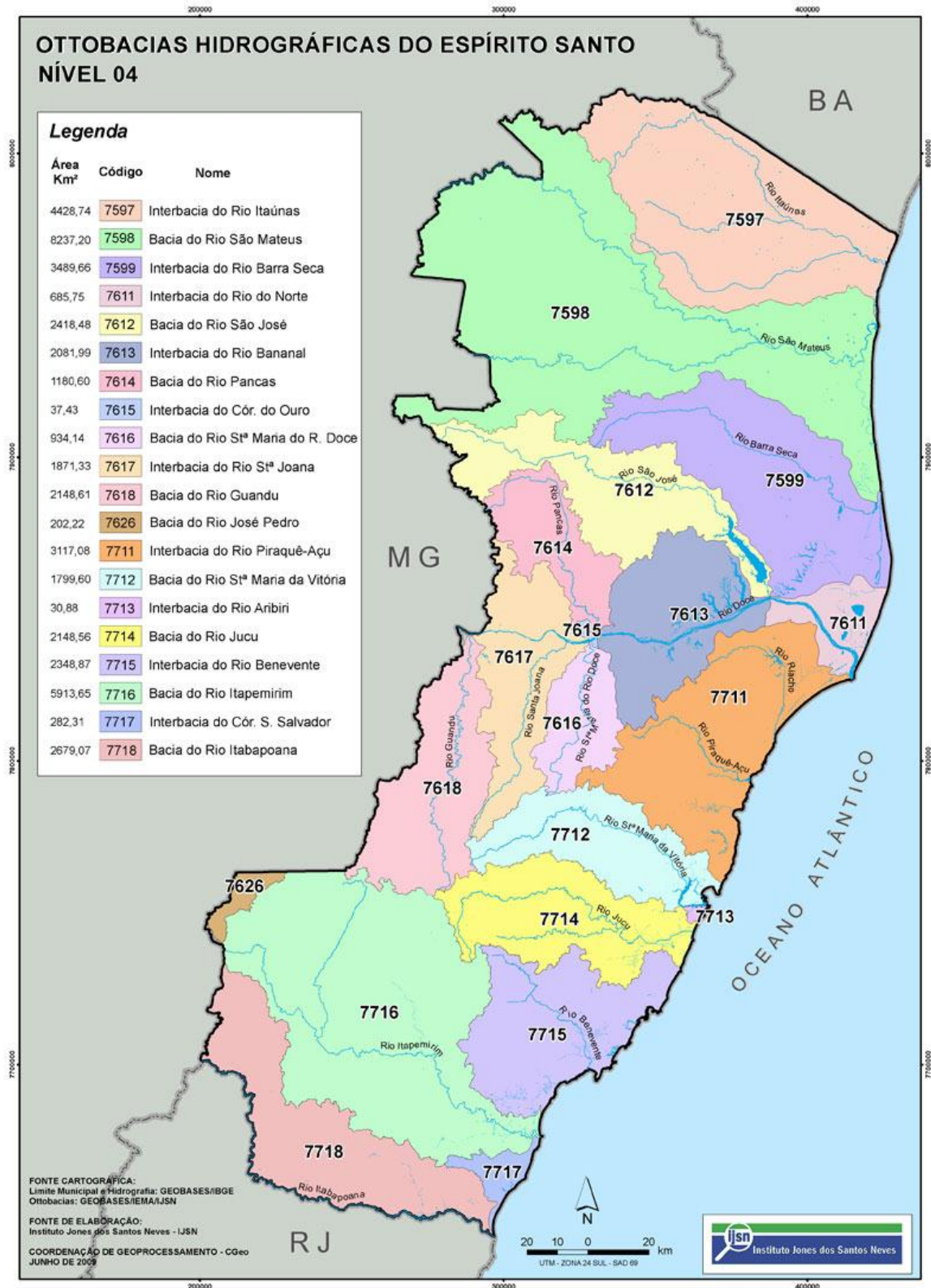
De acordo com a Federação de Indústrias do Espírito Santo – (FINDES)³⁵, em agosto/2010 foi divulgado pelo governo do Estado os projetos a serem implantados em Linhares, a saber: a) Weg (maior fabricante de motores elétricos) – investimento de R\$ 186 milhões com geração de mil empregos diretos será implantado no distrito de Rio Quartel. A operação começou em 2011, e o pleno funcionamento se dará em 2013; b) Tecnotêxtil (uma das maiores empresas brasileiras na confecção de cintas para a movimentação de cargas) – investimento de R\$ 6,3 milhões será instalado na região de Baixo Quartel; c) Petrobrás – Polo Gás-Químico, o objetivo da Petrobrás é que o complexo tenha capacidade para produzir 763 mil toneladas por ano de ureia e 1,09 milhão de toneladas de metanol por ano.

Dentre os investimentos citados destacamos o Complexo Gás-químico de Linhares tendo em vista que o mesmo será construído na região de Palhal, entre os distritos de Bebedouro e Regência. A previsão é de que as obras de construção tenham início em 2013 com início de operação em 2015. O novo projeto faz parte do Plano Estratégico 2010-2014 que prevê investimentos de US\$ 5,7 bilhões em empreendimentos gás-químico. Ainda segundo a FINDES foi divulgado que os moradores do município de Linhares e da região norte do Espírito Santo terão prioridade durante a contratação da mão de obra para trabalhar na fábrica de fertilizantes da Petrobrás, estima-se que serão gerados cerca de 9 mil empregos indiretos.

De acordo com o entrevistado A (2011), a Petrobrás já solicitou à Secretaria do Meio Ambiente a utilização das águas do rio Doce para implantação da Fábrica de Fertilizantes. Cabe destacar que tal ambiente natural, no caso o rio Doce, é alvo de interesse das empresas devido à necessidade de utilização da água doce na cadeia produtiva. Segundo Ramalho (2002), a pesca estuarina é de pouco interesse para empresas capitalistas devido à produção diversificada e em baixa escala nesses ambientes. Dessa forma a pesca de Regência envelhece, tendo em vista que os mais jovens preferem um emprego de carteira assinada a ir pescar.

³⁵ Disponível em: < <http://www.sistemafindes.org.br> >. Acesso em: 27 jun. 2011.

Segue mapa hidrográfico do Espírito Santo:



Mapa 2: Mapa hidrográfico do Espírito Santo. Fonte: www.es.gov.br/site/imagens/espírito_santo/mapas.jpg (acesso em 28 jun. 2011).

A poluição do rio Doce, dentre outros fatores, têm conduzido os pescadores a buscarem empregos com carteira assinada. Outra opção praticada pelos mesmos é a busca de pesqueiros no mar, todavia os estudos sísmicos têm excluído e restringido o uso do espaço marítimo para realização das seguintes modalidades realizadas no mar: rede de espera³⁶; espinhel de anzóis³⁷; arrasto³⁸ e linha de mão.

Alterações no ambiente aquático, sem comprovações científicas, têm emergido para o espelho d'água alterando as técnicas de produção pesqueira e práticas sociais dessa comunidade. Identificar tal fato nas falas dos pescadores somente foi possível devido à observação participante realizada *in lócus*. Abaixo apresentaremos algumas categorias teóricas que vão nortear as nossas análises nesse estudo. Logo adiante, no capítulo II, retomaremos a discussão sobre mudanças no trabalho e nas práticas sociais, por meio da fala dos pescadores.

1.2 MARCO TEÓRICO – DISCUTINDO ALGUMAS CATEGORIAS

Os conceitos de tradição e modernidade que norteiam este estudo ancoram suas bases nas discussões de Anthony Giddens e em parte nas discussões de Ulrich Beck e Eric Hobsbawm a respeito da sociedade de risco em que vivemos na atualidade. As questões sobre o campo do desenvolvimento e a geração de impactos socioambientais em certas localidades foram norteadas pelos estudos de Gustavo Lins Ribeiro.

Num primeiro momento percebe-se que a tendência da tradição pesqueira esta apenas perdendo seu domínio para a modernidade. Entretanto, o tema se revela abrangente devido à riqueza de relações existentes, vindo a ser de suma importância para futuras reflexões acerca de como os pescadores lidam com os

³⁶ Mesma modalidade realizada no rio Doce.

³⁷ Nessa modalidade utilizam-se pedras que se colocam flutuadores em conexão com a linha principal. O flutuador possui sempre uma bandeira para facilitar a localização. A distância entre uma linha secundária e outra, deve ser suficiente grande para evitar o entrelaçamento de anzóis uns com os outros. O comprimento da linha principal é em consequência do número de anzóis, pode ser até de quilômetros e de centenas de anzóis e neste caso há necessidade de se usar um maior número de flutuadores e âncoras.

³⁸ Pesca de camarão.

processos modernizantes. A escolha do referencial baseado nas reflexões de Giddens (2001) sobre tradição e modernidade se deve ao modo como o autor compreende a relação entre as duas:

A modernidade, quase que por definição, sempre se colocou em oposição à tradição; não é verdade que a sociedade moderna tem sido “pós-tradicional”? Não, pelo menos da maneira em que me proponho a falar aqui da “sociedade pós-tradicional”. Durante a maior parte da sua história, a modernidade reconstruiu a tradição enquanto a dissolvia (GIDDENS, 2001, p. 22).

A era globalizante impõe transformações que podem ressignificar tradições locais. Identifica-se uma interdependência cada vez maior entre o global e o local. Nesse sentido, as vidas individuais nos espaços locais passam a influenciar os resultados globais. Estas inter-influências incidem sobre grupos, que por sua vez não tendem a acabar, mas a se reestruturarem. Para Giddens (1991) a dinâmica da modernidade é totalmente descontínua, ou seja, a pós-modernidade passa a ser radicalização da própria modernidade.

A palavra tradição advinda do latim *tradere* significa “transmitir, ou dar qualquer coisa a guardar a outra pessoa” (GIDDENS, 2006, p. 47), onde o receptor tem a obrigação de proteger e promover o que foi transmitido. Sendo assim, as tradições são passíveis de serem inventadas e reinventadas ao longo do tempo ou até mesmo repentinamente. De acordo com Giddens (2003, p. 51), “a ideia de que a tradição é impermeável à mudança é um mito”, tendo em vista que não existe tradição inteiramente pura. Um conjunto de símbolos e práticas não precisa ter existido por séculos para ser tradicional; as características da tradição são o ritual, a repetição e o fato de serem propriedades de grupos, comunidades ou coletividades.

Na obra “A Invenção da Tradição” os autores Hobsbawm e Ranger (1984) desconstróem a ideia de que as tradições são ou parecem ser antigas. Portanto, as tradições podem ser inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas.

Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWM e RANGER, 1984, p. 9).

Na visão de Giddens (1991) tradições inventadas podem ser validadas pelo guardião da tradição. Este pode ser representado por um homem capaz de interpretar a verdade ritual das tradições, sendo capaz posteriormente de transmiti-la as novas gerações.

Existem descontinuidades que separam as instituições sociais modernas das ordens sociais tradicionais. Giddens (1991) as identifica por meio das seguintes características: *ritmo de mudança* imposto pela modernidade; *escopo da mudança*, onde transformações sociais são postas em interconexão por meio da virtualidade; e a *natureza intrínseca das instituições modernas*, devido a inexistências de algumas formas sociais em períodos anteriores.

Viver influenciado diretamente pela globalização nos leva até a noção de risco, a qual está diretamente relacionada à probabilidade e a incerteza. As incertezas, acopladas aos riscos ambientais gerados por nós, desencadeiam a sensação de que estamos girando em um mundo em descontrole. Atualmente nem mesmo o progresso da ciência e da tecnologia é capaz de tornar nossas vidas previsíveis. Na visão de Giddens (2003), estamos passando por momentos de transformações, que alteram quase todos os aspectos de nossa vida social.

Hoje, as cadeias produtivas são tão complexas que é impossível definir o agente do risco, o responsável pelo risco. Os mesmos riscos que não eram pensados na sociedade industrial, frutos do sucesso dessa sociedade, derivam consequências que podem retornar a nós. Como exemplos, os riscos não visíveis, tais como: a contaminação da água, do ar, contaminação do solo. Dessa forma percebe-se que a modernidade gerou uma ilusão de segurança entre os seres humanos, tendo em vista que a mesma possui um “lado sombrio”, (GIDDENS, 1991, p. 14). Nesse trabalho destacamos a destruição do meio ambiente como constituintes desse lado ainda pouco estudado.

Para Giddens (2006, p. 35), o risco provocado “é o risco resultante do impacto do nosso desenvolvimento tecnológico sobre o meio ambiente”, diferente do risco exterior imposto pela tradição ou pela natureza. Os riscos tornaram-se mais arriscados com a intervenção humana sobre a natureza. Somos obrigados a viver

em um mundo onde as ações humanas, transformando o ambiente e a natureza, têm produzido cada vez mais incerteza acerca de suas consequências. Não parece possível a produção de cálculos precisos sobre as consequências de tais intervenções e o domínio de suas fontes de riscos intrínsecas.

Mediante as diversas opções de ação dos agentes as escolhas serão realizadas diariamente em um clima de insegurança generalizada. A sociedade do risco ocorre na continuidade dos processos modernizantes, a partir do sucesso dos mesmos. Para Beck (2008), a sociedade do risco não emerge de uma crise da sociedade industrial, mas da vitória da mesma, que se expande produzindo as consequências às quais terá de lidar. Ainda segundo o mesmo autor, a sociedade de risco originou-se da sociedade industrial, tendo como suporte três pilares as “crises econômicas globais”, as “crises ecológicas” e o “terrorismo”. A mesma está exposta a sentir mais cedo ou mais tarde os efeitos dos riscos gerados por ela mesma, nem mesmo os agentes mais poderosos estão seguros em tal sociedade.

A projeção de ameaças para o futuro está estritamente ligada ao risco, entretanto esquecemos que onde existe o risco já existe destruições irreversíveis. Dessa forma são realizadas ações no intuito de “evitar, minimizar, prever os problemas e as crises de amanhã e depois de amanhã (BECK, 2008, p. 49, tradução livre). Passamos a ter consequências diversas e sem fronteiras no caso da globalização dos riscos alicerçada pela modernização. No entendimento de Giddens (2001, p. 27) a globalização supracitada “tem que ser entendida como um fenômeno dialético, em que eventos em um polo de uma relação muitas vezes produzem resultados divergentes ou mesmo contrários em outro”.

Os riscos têm permeado todos os espaços nas últimas décadas, gerando rápidas mudanças cujas consequências ainda são desconhecidas. Cabe aqui salientar que os riscos não são prontamente identificáveis, por vezes nem mesmo percebidos por aqueles que vivem em seu entorno, dessa forma não são incorporados pela população. Nesse sentido “[...] A educação e o comportamento sensível em relação à informação abrem novas possibilidades de enfrentar os riscos e evitá-los” (BECK, 2008, p. 51, tradução livre).

Nem mesmo os favorecidos economicamente estão imunes ao *efeito social bumerang* que, segundo Beck (2008, p. 54) segue a produção de riscos da globalização. Sendo assim, quem está impactando também será impactado, independente de fronteiras territoriais. Tal efeito atinge também o meio ambiente, como exemplo o autor cita a contaminação do pescado que atinge além das pessoas que os consomem, todas as comunidades que vivem de atividades realizadas nesse mar.

De acordo com a visão de Beck (2008) ocorre a distribuição dos ricos entre as classes ocorre de forma generalizada. Entretanto, os danos irreversíveis causados pelos riscos da modernização geram conflitos, sendo esses ocultados pela bandeira do progresso irracional, alicerçado pela racionalidade científica. Tais conflitos por sua vez podem ser de ordem internacional ou local, agravando cada vez mais as desigualdades em qualquer dos casos, o que converge com o pensamento de Ribeiro (2008):

“Os atores e instituições menos poderosos são grupos locais vulnerabilizados por iniciativas de desenvolvimento que destroem as relações entre povos indígenas, seus territórios e culturas — como os reassentamentos forçados para a construção de represas — e proveem o cenário mais óbvio da vulnerabilidade de populações locais vis-à-vis ao “desenvolvimento” (RIBEIRO, 2008, p. 111).

Dessa forma pode-se notar que a distribuição dos riscos fortalece a desigualdade entre as classes, tendo em vista que os pobres recebem a maior parcela dos riscos. O setor privado por vezes sem saber da impossibilidade de conter os riscos compensa alguns danos, ao mesmo tempo em que potencializa outros durante o processo produtivo. Tal atitude pode funcionar em alguns casos de proporções menores, entretanto quando atingem os recursos comuns a todos não se faz possível qualquer tipo de compensação.

As normas de segurança e proteção industriais são seguidas por pessoas que sequer possuem consciência dos riscos a que estão expostas. Segundo palavras de Beck (2008, p. 64, tradução livre), “a ignorância dos riscos não perceptíveis, que encontram sua justificação (e que de fato tem, como no Terceiro Mundo) na supressão da miséria palpável, e o terreno cultural e político onde florescem,

“crescem, e prosperam os riscos e as ameaças”. Ilustrando tal contexto Ribeiro (2008) diz:

Por causa de seus enormes impactos ambientais e sociais, os PGEs mostram claramente o desequilíbrio das relações de poder entre populações locais e outsiders desenvolvimentistas. Por outro lado, esses projetos têm também causado um aumento na capacidade de reação de atores locais na forma de movimentos sociais e ONGs. As pessoas passaram a entender as desigualdades inerentes a esse tipo de expansão econômica. O capital estrangeiro, vários tipos de profissionais técnicos expatriados comumente ficam com a maior parte das riquezas produzidas em tais empreendimentos (RIBEIRO, 2008, p. 112).

Dentro desse contexto devemos nos atentar às articulações realizadas entre os diferentes atores no campo de desenvolvimento, entendido “como um campo de poder formado por muitas redes e instituições” (RIBEIRO, 2008, p. 109). Segundo o mesmo autor o campo de desenvolvimento é constituído por populações locais; empresários privados, funcionários e políticos em todos os níveis de governo; pessoal de corporações nacionais, internacionais e transnacionais; e pessoal de organizações internacionais de desenvolvimento. Sendo assim, tal reflexão se faz de suma importância para futuras interpretações de como os pescadores lidam com os atores do campo do desenvolvimento.

Como característica importante da modernidade podemos destacar, segundo a visão de Giddens, o conceito de reflexividade. Assim temos:

A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter (GIDDENS, 1991, p. 39).

Sendo assim, as práticas sociais são passíveis de reinvenção, emergindo dessa forma novas práticas. Quanto mais inserido nesse contexto da modernidade, transitando por entre seus sistemas peritos e tendo contato com a produção acelerada de informação e conhecimento, mais o indivíduo agrega recursos para repensar a sua biografia e trajetórias de vida, e conseqüentemente, mudar seu comportamento.

Estamos a todo o momento alterando nossas decisões perante a contínua geração de autoconhecimento em diversas áreas. Nesse sentido o conhecimento perito pode ser alterado pelo conhecimento leigo que também esta sendo mudado. A tradição nesse sentido pode ser autoconfrontada à medida que é alterada por mecanismos modernizantes.

Enfim, identificamos nesse item algumas categorias como modernidade, tradição, reflexividade e campo de desenvolvimento. Ao longo deste trabalho tais categorias serão tratadas considerando as peculiaridades da pesca local e a fala dos pescadores no campo pesquisado.

CAPÍTULO II – REFLEXOS ACIMA DA LINHA D'ÁGUA

No capítulo anterior situamos o leitor quanto à contextualização da pesca no lócus de pesquisa, além da apresentação de algumas categorias teóricas pertinentes às reflexões aqui empreendidas. Nesse capítulo, apresentaremos algumas mudanças no trabalho e nas práticas sociais, sobretudo por meio da fala dos pescadores. Para tanto faremos uma incursão em dois tipos de pescaria: rede de espera no rio e espinhel no mar, tipos predominantes respectivamente no tempo quente e no tempo frio. No intuito de facilitar a visualização de aspectos e personagens que abordamos, ilustraremos o texto com fotografias realizadas durante a pesquisa de campo.

2.1 REFLEXOS NA ÁGUA

A pescaria artesanal em Regência Augusta é realizada tanto na região estuarina³⁹ quanto no mar. As modalidades de pesca realizadas atualmente nesta localidade são: pesca de rede de espera com barco ou sem barco, realizada tanto no rio como no mar; caceio realizado no rio; espinhel realizado no mar; arrasto de camarão realizado no mar; tarrafa com barco ou sem barco, realizada tanto no rio quanto no mar; linha de mão realizada tanto no rio quanto no mar. Cabe aqui mencionar que todas as modalidades descritas acima foram acompanhadas pessoalmente. Sai embarcada em oito pescarias, sendo quatro no rio e quatro no mar, além das pescarias desembarcadas. Dessa forma foi possível montar parte do quebra-cabeça da trajetória da pesca ao longo das últimas quatro décadas em Regência Augusta, além de aprender termos e expressões de linguagem utilizadas pelos pescadores.

As pescarias realizadas no rio Doce destacaram-se nos relatos dos pescadores mais antigos. Herdada dos índios tal modalidade era praticada por água⁴⁰, sendo desnecessária a prática da pescaria de rede de espera [foto 4]. Nesse sentido Britto (1999, p. 77) salienta que a pescaria “envolve um conhecimento sistematizado sobre

³⁹ Região de ambiente aquático transicional entre o rio Doce e o Oceano Atlântico, geralmente com elevada produtividade biológica devido aos nutrientes que as águas de terra transportam.

⁴⁰ Sem utilização de embarcações.

seu objeto de trabalho e sobre as condições naturais que interferem diretamente nessa atividade”.



Fotografia 4: Pescaria de rede de espera no rio Doce. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 14/07/11.

Segundo relato do entrevistado G (2010), pescador, “[...] antes a gente pescava com rede de barbante, isso eu devia ter uns 17 anos. Era pesado precisava de 3 a 4 pessoas para segurar. Pescava com rede de lanço⁴¹ dentro do rio Doce também. Não precisava deixar a rede esperando no rio, era só jogar que vinha aquele monte de peixe [...]”, diz ele. Outras modalidades também eram praticadas na época como linha de mão e com rede de barbante embarcado⁴².

A partir da pescaria de rede por água no rio Doce, hoje pouco praticada, podemos perceber a inserção da tecnologia tanto na forma de trabalho como na utilização de novos materiais. Devido alterações nas condições naturais, no caso o assoreamento⁴³ [foto 5] do rio Doce, aliadas ao crescimento da população, da sobrepesca, da chegada dos atravessadores⁴⁴, dentre outros fatores, surgiu a necessidade de aumentar a captura dos peixes. Dessa forma as redes antes feitas

⁴¹ Cerca de três pescadores com bote a remo jogam de duas a três redes emendadas no rio. Enquanto um fica na água segurando o calão, um fica no bote remando em direção a praia enquanto o outro joga a rede.

⁴² Duas canoas pareadas com a rede de barbante no meio.

⁴³ O assoreamento e a erosão nas margens do rio formam bancos de areia dificultando a navegação e a atracagem dos barcos no porto.

⁴⁴ Pessoas que compram o peixe na mão dos pescadores para comercializá-lo em outros locais.

de barbante foram substituídas pelas redes feitas de corda de navio⁴⁵ encontradas a beira mar. Posteriormente foi inserido o *nylon*, material utilizado até os dias atuais. Devido à fartura do pescado não era necessário deixar a rede na água, pois uma jogada de rede supria a necessidade de todas as famílias da Vila. Temos assim a fala do entrevistado G (2010), “[...] antes era bom, tinha pouca gente em Regência, então a gente pescava, descansava e consertava rede [...]”.



Fotografia 5: Ilhas no meio do rio Doce devido ao assoreamento. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 30/07/11.

A comercialização do pescado era algo raro tendo em vista a dificuldade de acesso à Regência, “[...] o pescado era suficiente para todo mundo porque eram poucas pessoas e ninguém aparecia para comprar [...]”, ainda segundo o entrevistado G (2010). Quando chegava algum comprador os pescadores pescavam e entregavam a mercadoria imediatamente devido a inexistência de luz elétrica. As mulheres salgavam⁴⁶ o pescado e posteriormente os colocava nos telhados para secar, somente após a chegada de um gerador⁴⁷ na Vila o mesmo passou a ser refrigerado. Segundo o entrevistado E (2011), “[...] na época como não tinha energia a gente salgava o peixe, só dava peixe em cima desses telhados [...]”.

⁴⁵ As cordas grossas de navio eram desmanchadas para confecção das redes.

⁴⁶ Até os dias atuais esse tipo de receita é utilizada pelas mulheres.

⁴⁷ O gerador foi comprado por um atravessador que comprava todo o peixe armazenado.

Devido à baixa comercialização, na época, alguns pescadores deixaram a pesca, indo para outros Estados, onde encontravam trabalho de carteira assinada, conforme diálogo com entrevistado E, a beira do rio Doce:

- “ _ Antes dava muito peixe nesse rio Doce? (Pesquisadora)
- _ Antes dava, hoje não dá mais não (Entrevistado E, pescador).
- _ Mas se antes dava peixe porque o Sr. Foi trabalhar fora e deixou de pescar? (Pesquisadora)
- _ Porque dava peixe, mas não dava dinheiro, a gente pescava só para comer, não vinha ninguém comprar” (Entrevistado E, pescador).

Dessa forma constata-se que a fartura do pescado não era suficiente para que o pescador continuasse na profissão. Após a chegada dos atravessadores vindos, sobretudo de Colatina por água ou por terra, e o aumento do número de pescadores, passou-se a deixar mais redes armadas no rio Doce. Com isso, desenvolveu-se de forma intensa a pescaria de rede de espera, realizada até hoje em proporções maiores, segundo o entrevistado H (2011), pescador, “[...] antigamente quem tinha dois panos de rede era rico, hoje em dia cada pescador possui cerca de 20 panos cada um [...]”.

Essa modalidade ocorre principalmente na zona de confluência⁴⁸ do rio Doce com o mar, o que desacata o Art. 2º da Portaria Sudepe nº 681, 28 de dezembro de 1967, onde “É proibido colocar artes-de-pesca fixas ou flutuantes nas zonas de confluência de rios, lagoas e corredeiras”. Os pescadores concordam que a grande quantidade de redes de espera na Boca da Barra coloca em risco a vida dos colegas de trabalho que precisam passar com suas embarcações naquele trecho, mas elas permanecem.

Nota-se além do aumento do número de pescadores o maior acesso aos materiais utilizados nas pescarias. De acordo com entrevistado I (2011), funcionário da Prefeitura Municipal de Linhares, cerca de vinte anos atrás os ônibus não passavam dentro da Vila de Regência, sendo necessário percorrer um longo percurso para chegar até o ponto de ônibus⁴⁹ para ir até Linhares fazer compras. Atualmente o

⁴⁸ O valor da passagem, R\$ 11,75, é alvo de reclamações entre os moradores. Os materiais utilizados durante as pescarias são comprados apenas em Linhares, dentre outras atividades como serviços bancários e compras domésticas.

ônibus entra na Vila, circulando em três horários durante o dia. Nota-se que o valor da passagem para Linhares aumenta o custo das pescarias, sobretudo da manutenção dos barcos.

O planejamento das pescarias de rede de espera está atrelado às variações do meio natural, sendo assim exige-se do pescador um estudo sobre um conjunto de condições naturais. Na visão de Britto (1999), tais condições naturais são conjugadas a razões de ordem econômica e social. Cabe aqui destacar que as fontes utilizadas pelos pescadores para saber das condições climáticas são distintas das utilizadas tempos atrás o que pode ser confirmado por meio da fala do entrevistado E, pescador detentor do saber⁵⁰ “[...] o pessoal das antigas era mais sabido, só de olhar para o tempo eles sabiam quando o vento ia virar⁵¹, hoje eles têm que olhar na internet [...]”.

Nesse sentido, retomando a discussão proposta por Giddens (2001, p.22), vemos o quanto a tradição mescla com a modernidade sendo assim reconstituída. Percebe-se dessa forma que novas fontes de informação são inseridas no processo de produção da pesca artesanal de Regência Augusta. Identifica-se, com isso, uma interdependência cada vez maior entre o global e o local, em que os processos globalizantes passam a influenciar as vidas individuais nos espaços locais, enquanto ações locais também são passíveis de influenciar e produzir resultados globais. Estas inter-influências incidem sobre grupos, que por sua vez não tendem a acabar, mas a se reestruturarem.

A incerteza no ambiente pesqueiro faz com que os pescadores busquem trabalhos na construção civil⁵², na Prefeitura e, sobretudo nas empreiteiras da Petrobrás. Ocorre também o movimento contrário como no caso do entrevistado J (2011), pescador, que perdeu o emprego e desde então começou a pescar:

⁵⁰ Na mesma ocasião o entrevistado me disse que o vento sul iria chegar por causa do vento norte forte que abatia sobre nós e a flor da lua dando força, faltavam 4 dias para mudança da lua, o que de fato ocorreu.

⁵¹ Termo utilizado pelos pescadores quando querem dizer que o vento irá mudar.

⁵² O número de casas de veraneio tem aumentado significativamente, gerando especulação imobiliária.

“[...] comecei a pescar há dois anos. Sou mesmo eletricitista, trabalhava em uma firma que prestava serviço para Petrobras, mas aí a firma perdeu o contrato e não consegui mais emprego. Eles falam que vão dar oportunidade para quem é de Regência, mas num é nada. A firma que pega o serviço já vem com seu eletricitista, eles não contratam ninguém não, vem todo mundo de fora [...]” (Entrevistado J, pescador).

A partir do depoimento acima se constata a presença de “processos migratórios e de recrutamento de força de trabalho associados a um projeto” (RIBEIRO, 1992, p. 4). Tais processos alteram a dinâmica social da Vila tendo em vista dentre outros fatores a presença esmagadora de homens adultos em relação ao número de mulheres e crianças acarretando transtornos para a comunidade como prostituição e filhos sem pais. A perda de referência também é uma das consequências, conforme a fala do entrevistado I (2011), “[...] antes a gente sabia quem não era da comunidade, quem trabalhava nas empreiteiras, mas hoje a gente não sabe mais, é muita gente [...]”. Na visão de Ribeiro (2008):

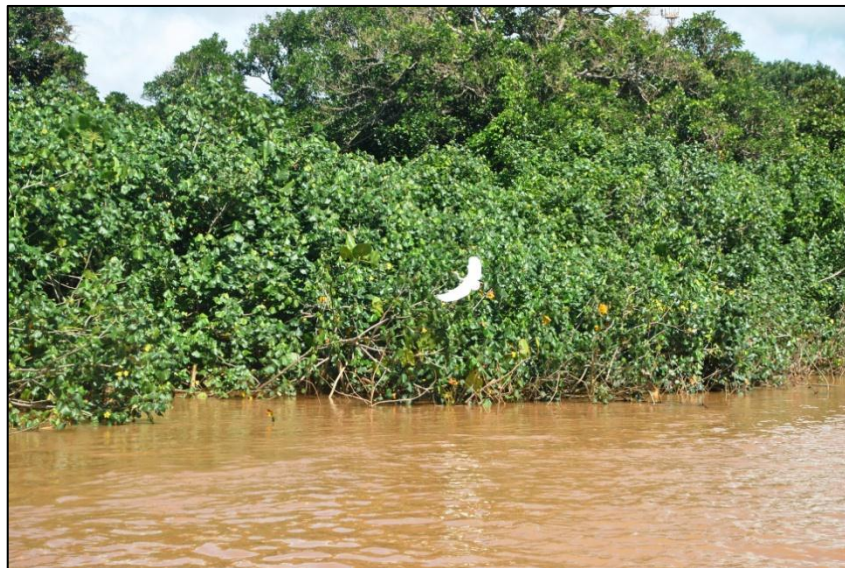
“Como cultura e educação são determinantes estruturais dos modos de vida das sociedades, e não mudam no ritmo que os projetos de desenvolvimento requerem, expatriados ou outsiders de outras regiões de um mesmo país são frequentemente enviados para compensar deficiências locais. Seu compromisso com a vida local é temporário. Eles são usualmente membros de redes que se reproduzem em níveis de integração nacionais, internacionais e transnacionais” (RIBEIRO, 2008, p. 121).

Outro saber naturalístico peculiar diz respeito às mudanças na entrada da foz, o que altera a rota de tráfego de barcos. Os mestres ficam atentos às alterações, estas por sua vez são compartilhadas com os demais a partir de referências já conhecidas como o farol [foto 6], Ponta da Aninga⁵³ [foto 7], Ilha do Cabrito. Não menos comuns são os troncos encalhados próximos a foz do rio Doce. Quando a maré esta cheia eles ficam submersos colocando em risco as embarcações e conseqüentemente toda a tripulação. Dessa forma, o mestre tem que saber onde estão localizados os obstáculos, para poder desviar.

⁵³ Planta pioneira na formação de ilhas, principalmente às margens dos rios.



Fotografia 6: Farol novo. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 02/07/11.



Fotografia 7: Ponta da Aninga. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 13/04/11.

Conforme os depoimentos dos pescadores, podemos visualizar o inverno⁵⁴ e o verão⁵⁵ como importantes condições naturais que expressam modos de organização social e da própria pesca. Essas épocas são recortadas por espécies de pescado predominantes, sendo utilizados tipos distintos de pescarias. Segue quadro com relação de espécies, vento e pescaria predominantes nas épocas de tempo quente e frio, em Regência:

⁵⁴ Para os pescadores o inverno compreende os meses de abril a setembro.

⁵⁵ Para os pescadores o verão compreende os meses de outubro a março.

Tempo	Espécies predominantes	Vento predominante	Pescaria predominante
Tempo quente Outubro a Março	Pescadinha Sarda Curvina Pescada Bagre caçari Dorminhoco Curvina Guaibira	Vento norte	Rede de espera no rio
Tempo frio Abril a Setembro	Robalo Carapeba Manjubinha Tainha Baiacú	Vento sul	Espinhel no mar

Quadro 2: Espécies predominantes nas pescarias de rede de espera, conforme as épocas de tempo frio e tempo quente.

No período de tempo quente predomina a pescaria de rede de espera no rio e no mar. Além de estarem à mercê das variações impostas pelo meio natural, como exemplo o período de chuvas no verão, os pescadores também tem que obedecer ao período de defeso⁵⁶. No mês de janeiro, período das chuvas, os pescadores ficam sem condições de pescar devido à força das águas do rio Doce, e conseqüentemente de transpor a Boca da Barra⁵⁷ para pescar no mar. Mas, segundo fala do entrevistado H (2011), pescador, “[...] quando o rio toma água⁵⁸ a gente fica contente, quando a água baixa a gente pega peixe [...]”.

⁵⁶ Período em que as atividades de caça, coleta e pescas esportivas e comerciais ficam vetadas ou controladas em diversos locais do território nacional.

⁵⁷ Local de encontro do rio Doce com o mar, dependendo das condições do mar não é possível passar.

⁵⁸ Expressão utilizada pelos pescadores para dizer o rio está enchendo, “O rio tá tomando água”. Quando o rio está seco eles dizem “O rio tá com sede”.

No tempo frio predominam-se as pescarias de espinhel [foto 8] no mar, nesse período o vento sul dita os dias em que se pode pescar. Geralmente as pescarias de rede de espera no mar nessa época são reduzidas devido ao risco de perda do material quando a mar fica bravo⁵⁹. Nessa situação os pescadores são obrigados a retirar os panos da água para não ficarem no prejuízo do material. Segundo o entrevistado E (2011), pescador, “[...] a gente ia pescar de canoa a remo no mar, mas era raro porque não precisava, a gente ia só de vez em quando [...]”. Nota-se a mudança nas embarcações utilizadas, atualmente a Vila possui uma frota com cerca de quinze embarcações de pequeno e médio porte, com motor de centro.



Fotografia 8: Pesca de espinhel no mar, Abel e Monstro. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 09/08/11.

As pescarias em Regência Augusta caracterizam-se pelo ir e vir diário para o mar. Tal fato sinaliza a mudança no trabalho, atrelada à importância da área de pesca marítima para os mesmos. Segundo fala do entrevistado B, funcionário do Projeto Tamar, quanto à pesca estuarina e a pesca no mar “[...] eu to cansado de falar com eles, vocês tem que deixar de fazer pescaria de menino e fazer pescaria de homem, ir para o mar, a pesca tem que dar um salto [...]”. Todavia, quando chegam ao mar são pressionados pela restrição da área de pesca abordada no próximo capítulo.

Dentro desse contexto podemos visualizar por meio das falas de alguns pescadores que os “riscos provocados”, definidos por Giddens (2006) como aqueles gerados

⁵⁹ Expressão utilizada quando a maré sobe.

pela intervenção da ação humana sobre a natureza, não são prontamente identificáveis pelas comunidades atingidas. Nesse sentido temos o depoimento do entrevistado K (2011), pescador, “[...] acho que os peixes tão acabando porque a gente só pega né, tudo que a gente só tira e não põe no lugar acaba mesmo [...]”. Cabe aqui ressaltar que não descartamos nesse estudo a existência de outras variáveis como a pesca de arrasto bastante praticada no “*mar do rio Doce*⁶⁰” sobre a diminuição do pescado.

Visando auxiliar o entendimento do leitor, segue transcrição ilustrada do diário de campo da pesquisadora durante o acompanhamento da primeira pescaria, rede de espera no rio Doce, bem como da primeira pescaria que acompanhou no mar, espinhel⁶¹. Dessa forma será possível além de mostrar duas modalidades contrastantes, o desenvolvimento da pesquisadora no campo pesquisado.

2.2 DIÁRIO DE CAMPO – REDE DE ESPERA NO RIO DOCE

13/04/11

Lua: Crescente

1ª Pescaria: Rede de espera

Local: Rio

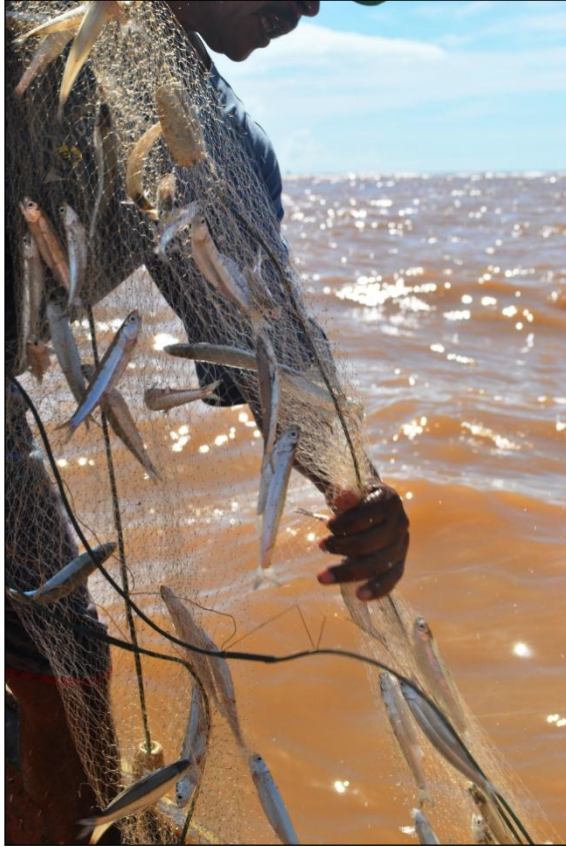
Horário: 8h 30min

Em busca de um pescador que pudesse me levar para pescaria cheguei até o entrevistado H (2011), pescador. Após explicar que estava fazendo uma pesquisa sobre a pesca ele me disse que eu poderia acompanhá-lo e marcou comigo às 8h e 30min no porto. Quando cheguei ele estava conversando com mais dois homens. Perguntei se eles estavam me esperando e o entrevistado H (2011), pescador, me respondeu “[...] Estamos esperando a coragem [...]”. Depois de cerca de 15 min. o

⁶⁰ Expressão utilizada para designar o a região onde o rio deságua no mar.

⁶¹ A pescaria de espinhel destina-se a capturar a maior diversidade de peixes possível. Sendo realizada somente no mar. Os peixes geralmente capturados são: cação, dorminhoco, baiacu, espada, bagre, dentre outros, dependendo da época.

entrevistado H (2011) foi buscar o combustível⁶² e quando voltou fomos para o rio Doce, eu e três pescadores. Posteriormente descobri que toda a tripulação era da mesma família, sendo o mais velho tio dos demais.



Fotografia 9: Hermínio retirando rede de pesca do rio Doce, durante pescaria de rede de espera. Foto:Charlene Bicalho. Regência/ES em 13/04/11.

⁶² Atualmente é possível comprar o combustível no posto localizado em Regência, antes era necessário ir até Barra do Riacho.



Fotografia 10: Flor (à esquerda) e Audir durante pescaria de rede de espera no rio Doce. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 13/04/11.

Como a pesca da manjuba ia fechar⁶³ dia 15/04 fomos colocar, mirar e retirar redes de espera. Os pescadores quase não conversaram durante a pescaria, e quando diziam algo eu não entendia, me olhavam desconfiados com exceção do mais jovem. O Mestre da embarcação apenas guiou o barco enquanto os demais jogavam e miravam as redes. A rede retirada da água foi levada para o porto cheia de manjubas. Essas foram constantemente molhadas [foto 11] durante o percurso visando sua conservação. Quando chegamos ao porto uma lona foi estendida para retirada das manjubas da rede [foto 12], enquanto isso o Mestre foi buscar o gelo. Eles colocaram os peixes na caixa de isopor com gelo e foram em seguida para o mar⁶⁴. O entrevistado L (2011), pescador que estava no porto e resolveu ajudar na tarefa de retirar as manjubas, disse que ia estocar manjubinha, [...] hoje o que tá valendo R\$ 2,00, depois⁶⁵ vou vender por R\$ 5,00, isso se quiser, se não quiser vai tudo pra panela [...].

⁶³ Devido período de defeso.

⁶⁴ Não acompanhei essa etapa.

⁶⁵ Fora da temporada de manjuba.



Fotografia 11: Hermínio molhando as manjubas durante pescaria de Rede de espera no rio Doce. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 13/04/11.



Fotografia 12: Hermínio (à direita), Audir (à esquerda) retirando as manjubas da rede. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 13/04/11.

2.3 DIÁRIO DE CAMPO – PESCARIA DE ESPINHEL

16/07/11

Lua: Cheia

4ª Pescaria: Espinhel

Local: Mar

Horário: 9h 30min às 16h 50min

Por volta das 9h o entrevistado D (2011), pescador, me ligou chamando para acompanhar a pescaria de espinhel. Sai correndo para o porto, o dia tão esperado havia chegado. Queria saber quem eu era navegando pelo mar, queria saber quais divergências e convergências encontraria no espaço marítimo. Até então não sabia sequer responder aos pescadores que eu pedia para me levar para o mar se eu botava engordo⁶⁶ ou não.

Quando cheguei ao porto os pescadores estavam organizando os materiais no barco para saída. Essa arrumação⁶⁷ se faz de suma importância para a pescaria de espinhel para que não se perca a viagem⁶⁸ e não ocorram acidentes. O espinhel deve estar desembolado, os baldes onde ficam os anzóis na borda [foto 13] devem ficar devidamente amarrados, as cordas do espinhel desemboladas dentro do tambor e as bandeiras dentro do barco. Enquanto desancorava a embarcação o entrevistado D (2011) me disse “[...] cê vai ver a fartura que é lá no mar, cê vai ver! [...]”. A fartura a que ele se referiu não estava atrelada somente a quantidade, mas também a variedade de espécies capturadas.



Fotografia 13: Monstro, durante pescaria de espinhel no mar. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 16/07/11.

⁶⁶ Termo utilizado quando as pessoas vomitam. Bota engordo é uma prática realizada por eles durante as pescarias de linha de mão para atrair os peixes.

⁶⁷ Caso eles esqueçam algo eles perdem a viagem, como arrumar as malas para ir viajar.

⁶⁸ Perca do dinheiro desembolsado para ir ao mar.

Não é possível realizar esse tipo de pescaria sem tripulação, pois requer no mínimo três pescadores, o mestre, o proeiro e o ajudante. O mar tem que estar liso, primeiramente devido à necessidade de transpor a Boca da Barra [foto 14] para alcançá-lo e também porque o espinhel precisa ficar na superfície d água [foto 15]. Ainda segundo o entrevistado D (2011) o mar iria subir nos próximos dias, fator importante para os que praticam esse tipo de pescaria. Segundo ele quando precisa saber da previsão liga para Robinho⁶⁹. Para fazer uma pescaria de espinhel se gasta em torno de R\$ 80,00, onde está incluso despesas com: alimentação, combustível, isca e pagamento da tripulação. Tal modalidade requer um investimento inicial alto⁷⁰ o que às vezes inviabiliza sua prática. Utilizando as palavras do entrevistado D (2011) “[...] se pega alguma coisa dá dinheiro, agora se não pega é prejuízo certo”.



Fotografia 14: Mar na Boca da Barra. Foto: Charlene Bicalho. Regência /ES em 16/07/11.

⁶⁹ Surfista que mora em Regência, provedor do site www.regenciasurf.com.br que dentre outros conteúdos informa a previsão do tempo.

⁷⁰ Segundo informação do entrevistado M (2011), pescador, “os pescadores às vezes não saem pro mar para pescar, nem é por causa do vento, é pra não gastar o que não tem”.



Fotografia 15: Bandeira e espinhel no mar. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 16/07/11.

Durante o percurso o ajudante e o proeiro cortaram corda para emendar o espinhel, amarraram pedras nas bandeiras, prepararam a isca cortando algumas manjubinhas ao meio para atrair os peixes e economizar na isca que seria reposta no decorrer da pescaria. Durante o trajeto do rio para o mar as manjubas⁷¹ eram cortadas e colocadas em um balde. Enquanto isso o mestre guiava a embarcação até determinado local, escolhido de acordo com a cor da água, direção do vento, bem como a localização de redes que podem prejudicar a pescaria.

Transpor a Boca da Barra é ultrapassar as barreiras entre o possível e o impossível, o real e o imaginário. O Mestre da embarcação parou em determinado local e me disse, “[...] O teste começa agora [...]”. E eu achando que o teste já tinha passado, pensando que a momento crítico era transpor a Boca da Barra. Quando o motor cessou o barco começou a dançar ao som de uma música que parecia não ter fim, somente naqueles primeiros minutos percebi a gravidade da situação. Sentia-me na

⁷¹ Nessa data como ainda tinha manjuba no mercado ela foi utilizada como isca. Em outras épocas eles fazem a pesca de arrasto antes da de espinhel para capturar a isca.

obrigação de passar naquele teste, caso contrário poderia ser reprovada nas próximas pescarias pelos outros pescadores. Comecei a suar frio embaixo de sol escaldante em plena 10h da manhã. A tontura⁷² assombra até mesmo alguns pescadores, dessa forma não saí ileso dessa situação.

Percebi que para o entrevistado D (2011), assim como para outros pescadores o barco conjugado ao ambiente aquático torna-se mais agradável do que sua própria casa, no ambiente terrestre. “[...] me sinto melhor no mar do que na terra, no mar me dá fome, na terra quase não como. Vamos soltar esse espinhel logo porque eu to nervoso. Ontem eu comi galinha, mas hoje eu não como não [...]”, disse o entrevistado D, brincando. Após sua fala a bandeira de marcação⁷³ amarrada à corda⁷⁴ do espinhel foi lançada ao mar sinalizando assim para outras embarcações e os pescadores sua localização.

O espinhel contendo em torno de 3 km de extensão de corda, com aproximadamente 300 anzóis⁷⁵ começou a ser iscado [foto 16], lançado ao mar [foto 17], e direcionado pelo Mestre [foto 18] ao mesmo tempo em que conduzia a embarcação que desliza a deriva. A atenção nesse momento redobra-se, todos ficam em alerta para não se machucarem ou machucarem o colega. Caso a embarcação ande mais rápido do que os anzóis iscados, alguém pode se machucar sendo iscado. Quando o espinhel está todo na água outra bandeira é colocada em sua extremidade. Enquanto isso o barco fica com o motor desligado, sendo embalado pelos anzóis iscados lançados ao mar. A pesca de espinhel segundo os pescadores é tranquila por requerer pouco esforço físico, entretanto mais perigosa do que as demais.

⁷² O Mestre da embarcação vendo que não estava bem me perguntou se estava passando mal e eu respondi que estava quase, ele então disse para eu olhar para o horizonte. Foi o que fiz e melhorei um pouco.

⁷³ Nessa modalidade utilizam-se pedras que se colocam flutuadores em conexão com a linha principal. O flutuador possui sempre uma bandeira para facilitar a localização.

⁷⁴ Geralmente com cerca de 3k de extensão.

⁷⁵ A distância entre um anzol e outro, deve ser suficiente grande para evitar o entrelaçamento de uns com os outros. Geralmente a distância de um anzol para outro é de uma braçada e meia, totalizando cerca de 300 anzóis.



Fotografia 16: Abel iscando o espinhel com manjuba durante pescaria de espinhel. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 16/07/11.



Fotografia 17: Monstro lançando o espinhel ao mar. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 16/07/11.



Fotografia 18: Cuíca direcionando o espinhel ao mesmo tempo em que conduz a embarcação. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 16/07/11.

Por volta das 12h todos foram convidados para o lanche. Fomos para a popa do barco, enquanto o Mestre entrou no casario⁷⁶, espaço privilegiado dentro da embarcação tendo em vista que era o único espaço onde havia sombra. Na ocasião não vi os ajudantes entrarem ali a não ser a mando do mestre para ligar o motor. O lanche providenciado pelo Mestre continha bananas, pão, biscoito, maionese e suco. Entretanto, nada me fazia esquecer a falta que o ronco de um motor estava me fazendo. Tentei me distrair fotografando a balsa [foto 19] da Aracruz, transportando eucalipto para Bahia, que passava aparentemente próxima ao barco.



Fotografia 19: Cuíca e balsa ao fundo durante pescaria de espinhel. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 16/07/11.

⁷⁶ Estrutura de madeira que se ergue sobre o convés e abriga os tripulantes da embarcação.

Após cerca de uma hora o motor foi ligado para começarmos a correr⁷⁷ o espinhel. Essa etapa consiste em verificar se algum peixe *picou a cara*⁷⁸, o que é identificado quando alguma boia fica submersa. Devido às correntes marítimas o espinhel curva-se constantemente, sendo assim, se faz necessário desembolá-lo [foto 20] em diversos pontos. Outro dificultador é os baiacus que cortam o espinhel sendo necessário remendá-lo frequentemente. Antes mesmo de retirar o peixe da água os pescadores os identificam quando ainda estão submerso [foto 21], como uma brincadeira de adivinhação. Dentre os peixes capturados tinha dorminhoco, baiacu, bagre bandeira e cação branco.



Fotografia 20: Monstro e Abel desembolando o espinhel. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 16/07/11.

⁷⁷ Consiste em percorrer toda a extensão do espinhel verificando se algum peixe fígado e posteriormente retirando-os do anzol.

⁷⁸ Expressão utilizada para dizer que o peixe foi fígado.



Fotografia 21: Peixe ainda submerso capturado durante pescaria de espinhel. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 16/07/11.

A habilidade do mestre é testada nesse momento, tendo em vista que o mesmo tem que manobrar o barco ficando o mais próximo do espinhel possível para que o proeiro possa puxar o espinhel com o bicheiro⁷⁹. Dependendo do tamanho do pescado o ajudante o ajuda a colocar o peixe na proa. O peixe ainda vivo é jogado dentro de caixas ou tambores [foto 22].



Fotografia 22: Peixes capturados durante pescaria de espinhel. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 16/07/11.

⁷⁹ Instrumento que consiste em um cabo de madeira com um gancho na ponta parecida com um anzol.

Paramos mais uma vez e fizemos um lanche antes da retirada do espinhel. Agora além do que restou do primeiro lanche tinha também arroz com farinha, frango e batatas. Ainda com o motor desligado, fomos todos para a popa do barco, conversamos sobre o alimento, sobre o que estaria embaixo de nós, submersos por aquela imensidão de água. Por vezes toques de silêncio cortavam nossa respiração que repentinamente passavam a ser ritmadas pela ondulação de sonhos. O espaço, mar e barco⁸⁰, torna-se um espaço de convergência de vivências cotidianas, sonhos e temores em comum que emergem das profundezas.

O Mestre pediu que eu tirasse uma foto do interior do convés me dizendo, “[...] você ainda não fotografou aqui dentro! Isso é importante, é detalhe [...]”. Nesse instante não soube se a embarcação pertencia ao mestre, ou se o mestre pertencia à embarcação, tamanho zelo com a mesma, além da necessidade de estar no mar. Conhecendo alguns dos irmãos⁸¹ do entrevistado N (2011), pescador, perguntei por que ele escolheu a vida de pescador e ele esparramado na popa do barco me disse: “[...] já trabalhei em empresa grande, no Projeto Tamar, mas não é isso que eu quero não. Eu gosto de ficar assim, à vontade [...]”.

Apesar dos perigos dessa modalidade os pescadores consideram essa modalidade pesqueira tranquila, pois não exige tanto esforço físico como as demais. Os pescadores mais jovens preferem a pescaria de espinhel à de rede de espera. Esse fato gera um conflito geracional onde as outras modalidades de pescaria são vistas pelos mais jovens como ultrapassadas. Assim, entrevistado N (2011) nos diz, quando questionado se seu pai não ligava dele pescar em outro barco “[...] nada, meu pai não liga não, a pesca dele é pesca de velho, só fica ali no rio [...]”.

O espinhel foi recolhido; enquanto um pescador puxava o espinhel, o outro retirava as iscas e acomodava os anzóis a borda do tambor [foto 23]. No retorno aproveitou-se para mirar duas redes que estavam à beira mar, praticamente sem peixe. Além disso, retirou-se toda a barrigada dos peixes capturados [foto 24]. Devido ao vento que pegamos contra a embarcação o retorno foi mais demorado.

⁸⁰ Percebe que o mar transforma-se no lar do pescador.

⁸¹ Os irmãos não são pescadores.



Fotografia 23: Monstro e Abel recolhendo o espinhel. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 16/07/11.



Fotografia 24: Abel e Monstro retirando a barrigada do baiacu capturado. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 16/07/11.

Quando pisei em terra uma sensação estranha tomou conta do meu corpo, parecia que ainda estava no mar. Era algo incontrollável que tomava conta da minha mente e do meu corpo simultaneamente. Estava zozna como no início da pescaria no mar, o teste ainda não tinha passado. Não conseguia sair daquela dimensão que inicialmente não me pertencia, mas agora me dominava. Era como se estivesse pronta para retornar, tudo o que antigamente era aparentemente paralelo se apresentava turvamente ondulado. Consegui comer algo requentado do dia anterior, posteriormente me deitei, ficando praticamente imóvel por cerca de 1h e meia.

CAPÍTULO III – REFLEXOS SUBMERSOS

Foram apresentadas, no capítulo anterior, algumas mudanças nas técnicas pesqueiras de captura do pescado, bem como nas práticas sociais por meio, sobretudo, da fala dos próprios pescadores de Regência Augusta. No presente capítulo vamos aprofundar a análise de um dos fatores que possivelmente tem alterado a forma de trabalho dos pescadores de Regência Augusta, as pesquisas sísmicas marítimas, realizadas por uma empresa do setor petrolífero. No item 3.2 esclareceremos também como essa empresa, por meio de licenças ambientais, recompensa a comunidade pesqueira da Vila pelos impactos negativos relacionados às atividades derivadas das pesquisas sísmicas marítimas.

3.1 AS PESQUISAS SÍSMICAS MARÍTIMAS

A pesca artesanal e a agricultura de subsistência foram até 1980 o meio de sobrevivência dos moradores de Regência Augusta. Atualmente tais atividades são relevantes, entretanto dividem o espaço com atividades econômicas que introduziram novos usos do espaço: a exploração de petróleo, preservação da natureza e o turismo. Se por um lado tais alternativas de sobrevivência ofereceram oportunidades diretas ou indiretas de trabalho, geraram conflitos para comunidade local, por outro.

A maior empresa do setor petrolífero implantada no Brasil⁸² é uma sociedade de economia mista vinculada ao ministério de Minas e Energia, que tem como objetivo a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o comércio e o transporte do petróleo proveniente de poço, de xisto ou de rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos⁸³. Fundada em outubro de 1953, atualmente é a maior empresa do Brasil e a 8ª do mundo em valor de mercado, possui mais de 100 plataformas de produção pelo país, além de 16 refinarias, 30 mil

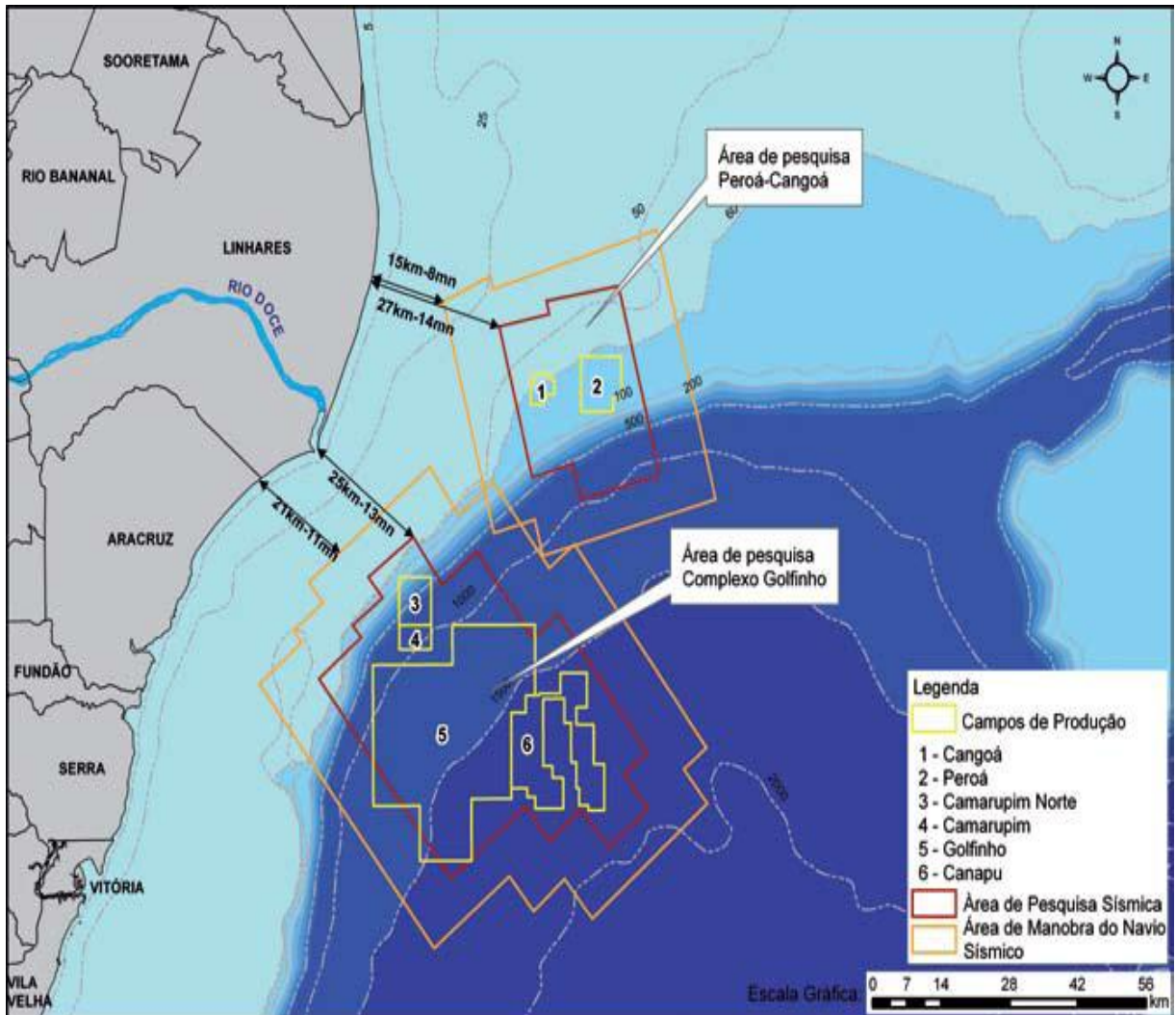
⁸² Conforme a lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

⁸³ Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9478.htm>. Acesso em: 02 out. 2011.

quilômetros em dutos e mais de seis mil postos de combustíveis⁸⁴. Sua estrutura é dividida em Unidades de Negócios – UN, que por sua vez são responsáveis pela gestão de um conjunto de concessões exploratórias e de produção, instalações operacionais e administrativas.

A Unidade Operacional de Exploração e Produção do Espírito Santo (UO-ES) possui 4 complexos de produção: campo Jubarte, no litoral sul; campo On Shore com produção em terra e no mar, no litoral norte; e os campos marítimos. Neste trabalho abordaremos as pesquisas sísmicas marítimas. No Espírito Santo foram definidas duas áreas para pesquisa sísmica, Complexo Golfinho e Peroá-Cangoá. A primeira abrange os campos de Golfinho, Canapu, Camarupim e Camarupim Norte, enquanto a segunda engloba os campos de Peroá e Cangoá conforme mapa abaixo:

⁸⁴ Disponível em: < http://www.ccibra.com.br/website/empresa-mes_view.php >. Acesso em: 03 outubro 2011.

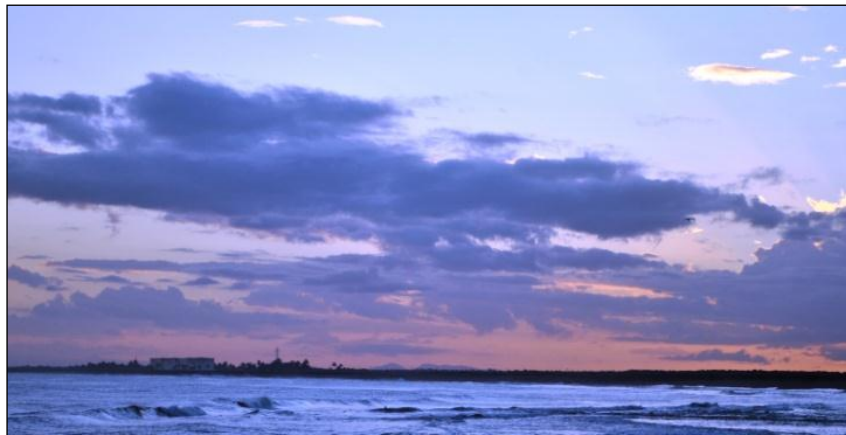


Mapa 3: Localização das áreas onde estão sendo realizadas as pesquisas sísmicas.
 Fonte: RIMA (2010)

A Vila de Regência encontra-se na área de influência dos campos marítimos que estão localizados a algumas dezenas de quilômetros mar adentro como dos campos *on shore* que mais interferem na composição visual da paisagem dos arredores de Regência como a Unidade Operacional de Lagoa Parda [foto 25] e o Terminal Aquaviário de Regência [foto 26] – responsável pelo escoamento de toda a produção de petróleo dos poços em terra e da plataforma continental do Espírito Santo e de campos produtores do sul da Bahia.



Fotografia 25: Unidade Operacional de Lagoa Parda. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 02/07/11.



Fotografia 26: Terminal Aquaviário de Regência, à direita, compondo a paisagem local. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 30/04/11.

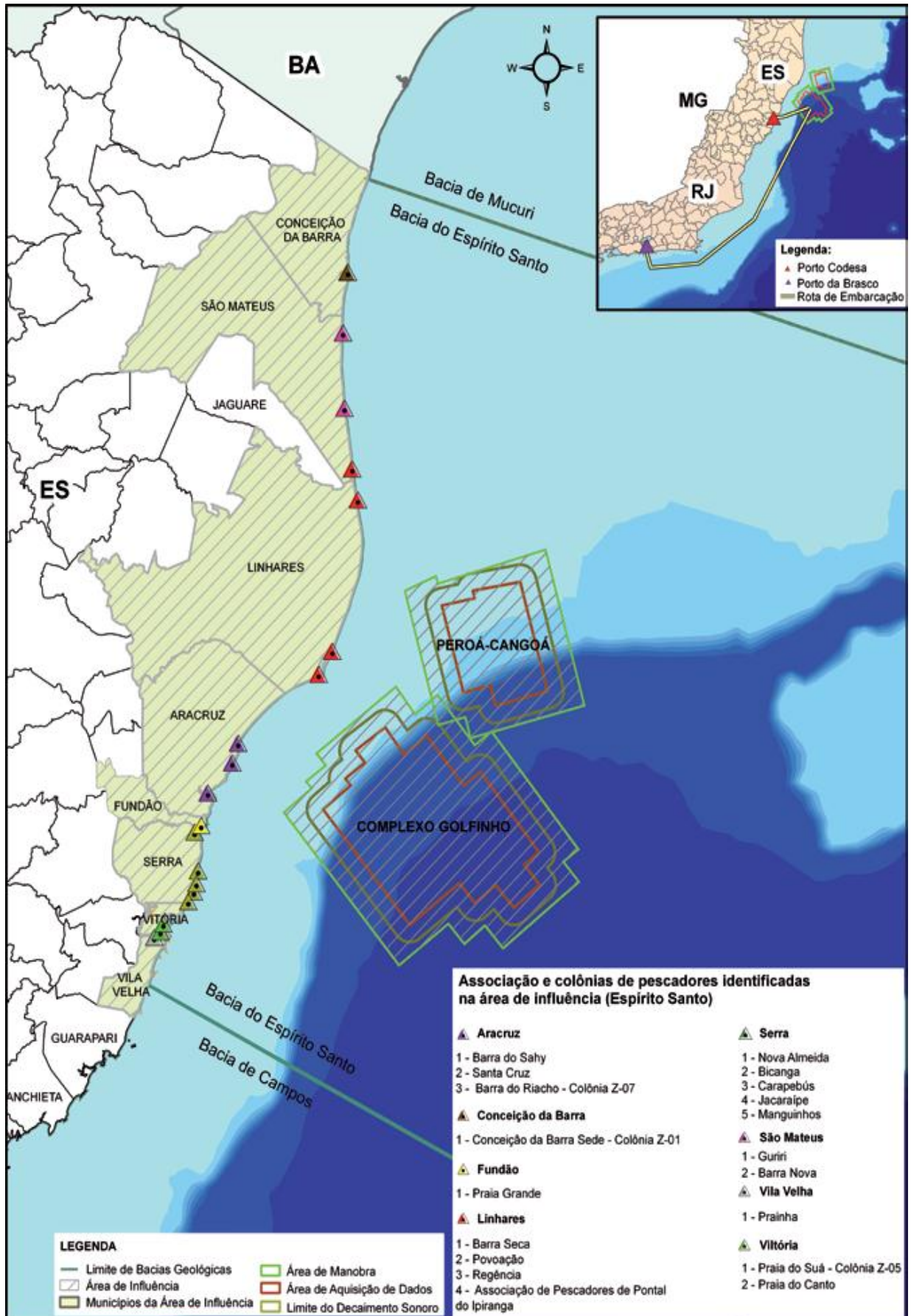
Na vila de Areal⁸⁵, encontram-se também cavalos de extração de petróleo [foto 27] próximos às casas, dentro de propriedades rurais, além uma complexa rede de gasodutos encontrados tanto submersos como acima do solo beirando a estrada, instalados para transportar a produção. Ao contrário da comunidade de pescadores, localizada na área urbana de Regência a comunidade rural beneficia-se diretamente das áreas que são exploradas, pois recebem porcentagens da produção de acordo com a área ocupada.

⁸⁵ Área rural de Regência Augusta, distante cerca de 7 km da área urbana.



Fotografia 27: Cavalo de extração de petróleo. Foto: Charlene Bicalho. Área rural de Regência/ES em 02/07/11.

Assim como as demais comunidades pesqueiras do Espírito Santo que se encontram na área de influência das pesquisas sísmicas a de Regência é “beneficiada” por meio de compensações ambientais pelos impactos gerados por atividades sísmicas marítimas. Segue mapa das áreas de influência, bem como relação das associações e colônias identificadas em tal área.



Mapa 4: Mapa das áreas de influência. Fonte: RIMA (2010).

Segundo informações do Plano de Compensação:

“A avaliação sísmica é um método utilizado para a descoberta de depósitos de petróleo, de gás ou de minerais, por meio da emissão de ondas sonoras que se propagam através do fundo do mar. A análise da reflexão dessas ondas indica a presença ou não de depósitos adequados para a exploração. O navio emite uma onda sonora, que atravessa a água, chega ao solo marinho e se distribui pelo subsolo. Ao encontrar-se com cada uma das camadas do subsolo, parte dessa onda é refletida e capturada por sensores (hidrofonos) na superfície do mar” (PLANO DE COMPENSAÇÃO, sem data, p. 4).

De acordo com informações técnicas do Escritório de Licenciamento das Atividades de Petróleo Nuclear/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (ELPN/IBAMA)⁸⁶, o método sísmico libera ar comprimido à alta pressão⁸⁷, diretamente na água, tendo como efeito a geração de ondas acústicas que se propagam pela água até atingir a crosta terrestre. Nessa etapa ocorre um fenômeno físico denominado “partição de energia”, onde parte da energia é refletida, parte é refratada e parte é transmitida para as camadas subjacentes. A energia refletida é então captada por hidrofones⁸⁸ que por sua vez as converte em sinais elétricos, sendo possível assim reconhecer e mapear estruturas geológicas de subsuperfície do fundo do mar. As ondas, convertidas em sinais elétricos, são digitalizadas e transmitidas para o registro de processamento instalado no navio sísmico. Dessa forma são identificadas estruturas geológicas que contém acumulações de óleo e gás em quantidades substanciais para exploração econômica.

“As operações de aquisição de dados sísmicos marítimos são realizadas por embarcações⁸⁹ devidamente equipadas, em áreas previamente selecionadas e demarcadas por uma malha sísmica⁹⁰”, ainda segundo informações do ELPN/IBAMA (2003, p. 5). Enquanto a atividade sísmica é executada ininterruptamente 24 horas

⁸⁶ O documento Informação ELPN/IBAMA nº 012/03 tem por objetivo avaliar os efeitos ambientais da atividade de prospecção sísmica marítima, a partir de uma revisão bibliográfica sobre os impactos já conhecidos.

⁸⁷ Tal procedimento substituiu o emprego de explosivos nas atividades sísmicas.

⁸⁸ Detectores de pressão.

⁸⁹ Tipicamente, os navios sísmicos são equipados com grupos de canhões de ar e rebocam cabos sismográficos com comprimentos que variam entre 4km e 16km, ocupando superfícies em torno de 10km², e que se deslocam a uma velocidade média de 15km/h.

⁹⁰ Um conjunto de linhas que define a trajetória de uma ou mais embarcações durante a atividade sísmica.

por dia, as comunidades de pescadores artesanais que se encontram na área de influência segundo o Plano de Compensação (2011, sem data, p. 7) “com potencial de sentirem impactos negativos” são atingidas com disparos realizados de forma regular em intervalos que variam entre 4 e 15 segundos, dependendo das características do levantamento.

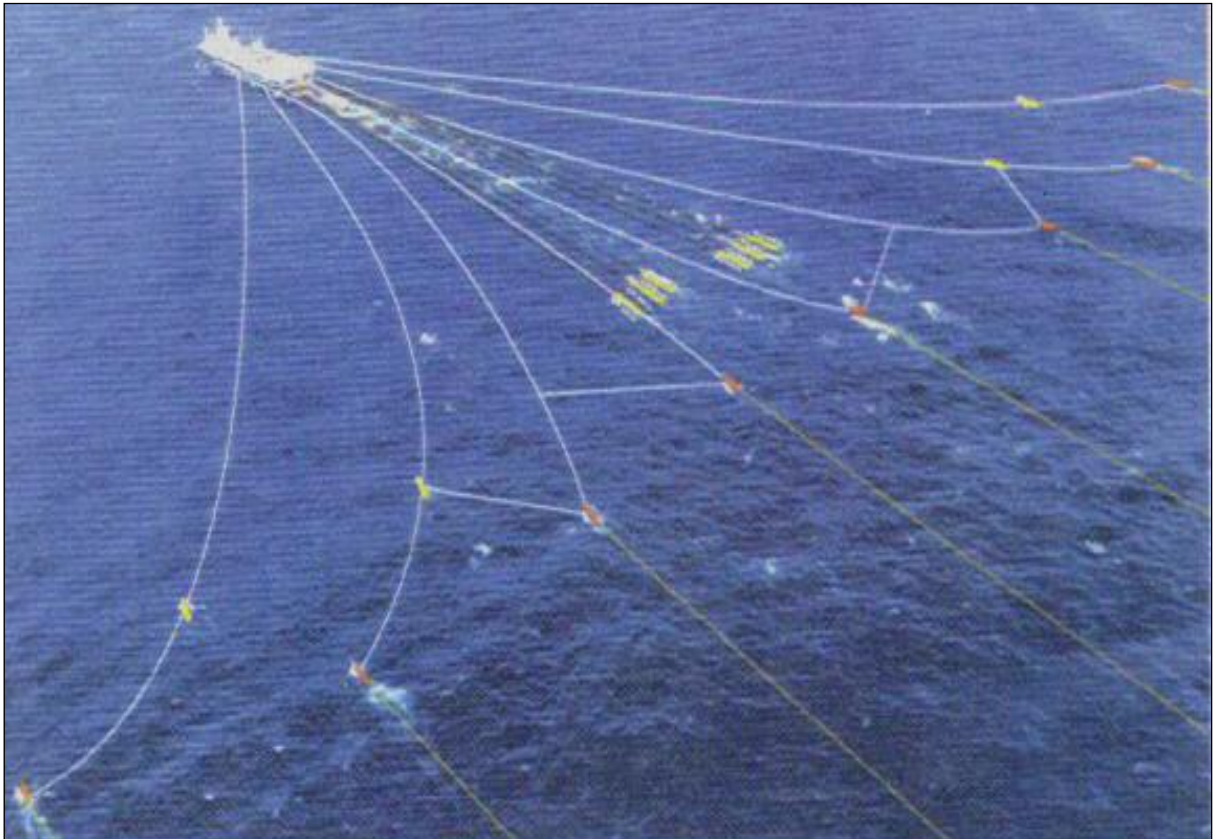


Figura 2: Embarcação rebocando os arranjos de canhões de ar e os cabos sísmicos (Thomas, 2001).
Fonte: Informação ELPN/IBAMA nº 012/03.

A substituição de explosivos como fonte sísmica por canhões de ar reduziu o impacto ambiental da atividade, todavia efeitos ambientais significativos ainda ocorrem, segundo informação do ELPN/IBAMA.

“O aumento do nível sonoro nos oceanos tem vários efeitos potenciais sobre os organismos aquáticos, que podem ser divididos basicamente em efeitos diretos, com potencial de causar danos físicos ou fisiológicos, ou em efeitos indiretos, que podem causar interferências em atividades básicas como a alimentação e a reprodução” (ELPN/IBAMA, 2003, p. 16).

Segue levantamento realizado sobre os efeitos das ondas sísmicas sobre a biota⁹¹, ainda segundo informações do ELPN/IBAMA.

Efeitos das ondas sísmicas sobre a biota
<p>Efeitos físicos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Danos a tecidos corporais e órgãos (e. g. pulmões e bexiga natatória) 2. Danos ao tecido e estruturas relacionadas à audição; 3. Alterações permanentes e temporárias no limiar auditivo (redução da capacidade auditiva).
<p>Efeitos sensoriais</p> <ol style="list-style-type: none"> 4. Mascaramento de sons essenciais à sobrevivência do animal (e.g. sinais de comunicação, busca de presas, e percepção da aproximação de ameaças como predadores e navios).
<p>Efeitos comportamentais</p> <ol style="list-style-type: none"> 5. Interferência no padrão comportamental (o animal passa a evitar certas áreas, ou tem os padrões de mergulho e respiração alterados).
<p>Efeitos crônicos</p> <ol style="list-style-type: none"> 6. Estresse que pode levar à diminuição da viabilidade de sobrevivência do animal, ou aparecimento de doenças.
<p>Efeitos indiretos</p> <ol style="list-style-type: none"> 7. Diminuição da disponibilidade de presas, reduzindo a alimentação, restrição a áreas de desova, alimentação e reprodução.

Quadro 3: Efeitos das ondas sísmicas. Fonte: Informação ELPN/IBAMA nº 012/03.

Ainda existe uma discordância de opiniões entre representantes da comunidade científica sobre a real dimensão dos danos que os disparos dos canhões de ar causam em órgãos e tecidos de peixes. “De um modo geral, a percepção sonora é de grande utilidade para os peixes, pois no ambiente oceânico os níveis de luminosidade são baixos, limitando o sentido da visão”, informações ELPN/IBAMA (2003, p. 26). A seguinte declaração do Dr. Arthur Poppe da Universidade de Maryland (apud ELPN/IBAMA) sintetiza a disparidade de opiniões sobre o assunto:

⁹¹ Conjunto de seres vivos de um ecossistema, o que inclui a flora, a fauna, os fungos e outros grupos.

“Uma breve exposição de peixes a sons de alta energia, ou a longa exposição a sons de baixa energia podem, ambos, potencialmente danificar o aparelho auditivo ou afetar o comportamento (e.g. morte, alteração no comportamento, mudanças fisiológicas e comprometimento do sistema acusticolateralis de peixes). Entretanto, há poucas evidências quanto ao efeito da atividade sísmica sobre peixes, o que pode ser devido mais à falta de pesquisas bem elaboradas do que à ausência destes efeitos” (ELPN/IBAMA, 2003, p. 28).

Em um experimento em gaiolas, realizado por McCauley et al. (apud ELPN/IBAMA), concluíram que ocorre aumento na velocidade de natação e uma maior agregação na formação de cardumes em direção ao fundo, em resposta a aproximação de canhões de ar. Outros estudos abordam os efeitos de atividades sísmicas, em diversos grupos de organismos marinhos, conforme o nível sonoro recebido, a saber: Goold (1966), Bowels et al. (1994), Richardson et al. (1995), McCauley et al. (1998), Booman et al. (1996), Saetre & Ona (1996), Trovarelli et al. (1998), Kosheleva (1992), Matishov (1992), Holliday et al. (1987), Kostyvchenko (1973). No Brasil pesquisadores do Departamento de Oceanografia da Fundação Universidade do Rio Grande – FURG, apresentaram ao IBAMA um documento⁹² contendo informações a cerca da redução na abundância de recursos pesqueiros nas proximidades de uma embarcação sísmica que operava ao largo da costa brasileira (ELPN/IBAMA, 2003).

Cabe salientar que os estudos citados a cerca dos efeitos da sísmica marítima na pesca não são conclusivos, entretanto vão ao encontro dos depoimentos dos pescadores, que, embora destituídos de caráter científico, são expressões de como tais atividades são percebidas e como se tornam fontes de risco e comprometimento à pesca artesanal. Como exemplo, temos a fala do entrevistado E (2011), pescador, “[...] depois que a Petrobrás veio pra cá o peixe acabou, agora tem esses navios passando também, aí é que os peixes vão acabar mesmo [...]”. Tendo em vista a importância da pesca para a comunidade em questão, denota-se que apesar dos depoimentos serem destituídos de valor científico poderiam ser considerados para efeito de comparação com estudos efetuados em outras comunidades pesqueiras e até mesmo em outros países.

⁹² Documento protocolado no IBAMA em 24.07.01, sob o número 10100.003999/01).

Ainda segundo informação do ELPN/IBAMA (2003), os estudos ambientais requeridos pelo IBAMA devem também levar em consideração os impactos sísmicos nas relações tróficas, presa-predador, tendo em vista que tais relações podem dificultar a predação, ou até mesmo tornar determinadas presas mais vulneráveis à predação. Quanto ao processo de desova, o ELPN/IBAMA (2003) salienta que os disparos sequenciais dos canhões de ar podem impedir o deslocamento migratório de espécies marinhas, por meio da formação de uma “barreira sônica”. Tal fato pode impedir, dificultar ou afugentar peixes em processo de desova ou em desenvolvimento de estágios larvais iniciais.

Regência Augusta encontra-se na área de influência, ou seja, encontra-se tanto nas regiões da pesquisa sísmica em si, como no trajeto dessas regiões até os portos ou bases de apoio em terra. Segundo o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA (2010), questões básicas quanto à área de influência foram consideradas, a saber:

“Em relação aos organismos marinhos, o disparo dos canhões de ar para geração das ondas sonoras da pesquisa sísmica provoca o susto, a fuga e, em alguns casos, danos a animais marinhos, como peixes, baleias, golfinhos e tartarugas, principalmente àqueles mais sensíveis ao barulho, ou seja, com maior capacidade de perceber os sons. Esse comportamento pode provocar o deslocamento momentâneo dos animais das áreas de reprodução, alimentação e desova, e ainda reduzir a quantidade deles em determinados espaços, dificultando a pesca, que é a principal atividade profissional de muitos moradores dos municípios próximos à área da pesquisa sísmica. Devido à grande área de isolamento para realização da pesquisa sísmica, incluindo a de manobra do navio sísmico, haverá restrição nos espaços utilizados para a pesca. Isso ocorre porque, por motivo de segurança, não é permitido que embarcações pesqueiras naveguem no local reservado para a pesquisa sísmica enquanto ela estiver acontecendo. Terminada a pesquisa sísmica, o espaço é liberado” (RIMA, 2010, p. 31-32).

O trecho acima deixa nítido que existe a ocorrência de afugentamento do pescado, gerando impactos, sobretudo às comunidades pesqueiras artesanais aqui definidas pelo RIMA (2010) como:

“Feita com fins de alimentação da própria família ou comercial, podendo ser uma alternativa extra de trabalho ou não. É feita por familiares ou por um grupo de vizinhos, sendo o pescador o proprietário das ferramentas de pesca (redes, anzóis, etc.). O barco, normalmente de pequeno porte, não é um meio de produção, mas de deslocamento, e nem sempre pertence ao pescador. O uso dele é pago com parte da produção pescada” (RIMA, 2010, p. 32).

Tendo em vista que os levantamentos sísmicos em Regência ocorrem em áreas utilizadas pelos pescadores artesanais, os impactos socioeconômicos são maximizados em função da menor capacidade de mobilidade das embarcações⁹³, e do fato dos pescadores serem mais localizados. Ainda cabe salientar a possibilidade de ocorrência de vazamento acidental de óleo diesel no mar durante as operações de abastecimento do navio sísmico e demais embarcações, ou do líquido que preenche o interior dos cabos sismográficos. Desta forma, a atividade pesqueira e a aquisição de dados sísmicos são formas mutuamente excludentes de uso do espaço marinho, implicando no estabelecimento de uma área de exclusão temporária para as atividades pesqueiras. Cabe salientar que áreas de influência da pesquisa sísmica no Espírito Santo são consideradas de alta sensibilidade ambiental no que diz respeito à pesca.

A área de influência em questão também serve como rota de passagem, de cria, de descanso e alimentação de várias espécies de animais como a baleia jubarte. No caso específico de Regência temos a praia de Comboios significativa para desova de tartarugas marinhas, que ocorre de outubro a março. Apesar dos impactos das pesquisas sísmicas sobre as tartarugas marinhas serem também pouco conhecidos, assim como dos peixes, foram adotadas medidas mitigadoras de impactos para as mesmas por meio da exclusão temporária das atividades de levantamento de dados sísmicos, perfuração de poços e instalação de dutos, durante o período de 1º de outubro ao último dia do mês de fevereiro (INFORMAÇÃO TÉCNICA, 2006).

Segundo informações do RIMA (2010) deve ser dada atenção ao período de desova de alguns peixes, devido à proximidade da foz do rio Doce com a área de influência da pesquisa sísmica, entretanto o PCAP deixa claro que o intervalo entre as pesquisas durante o período de julho/11 a fevereiro/12 deve-se a desova das tartarugas e migração das baleias jubarte. Destacamos que a foz do rio Doce é uma região considerada berçário para muitas espécies de peixes além de ser usada por golfinhos e botos.

⁹³ As embarcações possuem pouca autonomia de navegação, operando nas proximidades da costa.

A avaliação destes impactos, socioeconômicos e ambientais, deve ser conduzida por intermédio de procedimentos de licenciamento ambiental, uma vez que estes se baseiam em critérios que permitem ao IBAMA analisar os aspectos da interface entre pesca e sísmica, bem como as especificidades regionais decorrentes. No licenciamento ambiental, quando identificada acentuada restrição de acesso a pesqueiros ligados à pesca artesanal, são propostas medidas compensatórias baseadas no dimensionamento financeiro do prejuízo imposto àquelas comunidades pela atividade sísmica.

3.2 “PARABÉNS, FOI UM PROCESSO DEMOCRÁTICO!”

Nesse item faremos a descrição de parte de duas reuniões promovidas por uma empresa do setor petrolífero com a comunidade pesqueira de Regência Augusta. Segundo informações do PCAP, tais reuniões fazem parte do “Ciclo de Oficinas de Elaboração de Projetos” onde os envolvidos na cadeia produtiva da pesca são auxiliados na escolha e escrita de projetos importantes para a comunidade. Essa medida classificada como mitigadora compensatória visa compensar as comunidades pesqueiras artesanais inseridas na área de influência, por meio de um processo coletivo e participativo de capacitação e estruturação dessas comunidades.

De acordo com ELPN/IBAMA (2003), o aumento das atividades de exploração e produção de óleo e gás, devido à abertura do setor de petróleo para o capital externo desde 1997 fez com que o IBAMA a partir de 1999 adotasse procedimentos de licenciamento ambiental específicos para operações de prospecção sísmica marítima em águas brasileiras. Para tanto são exigidos dos empreendedores um Estudo Ambiental, definido nos termos do art. 10 da Lei 6.938 de 31.08.81, regulamentado por meio do Decreto 99.274/90 de 06.06.90, onde é realizada a avaliação dos impactos ambientais inerentes à atividade, bem como a proposição de medidas de monitoramento, mitigação e compensação ambiental.

Segundo informações do RIMA (2010) uma equipe de profissionais de diversas áreas chegou à conclusão que os impactos reais, ou seja, decorrentes da execução normal da atividade, ou potenciais, decorrentes de algum acidente nessa execução, relacionados à pesquisa sísmica, podem ser eliminados ou reduzidos por meio de ações de controle ambiental e de medidas de segurança.

As comunidades de pescadores artesanais de Conceição da Barra Sede (Conceição da Barra), Regência (Linhares), Barra do Riacho, Barra do Sahy e Santa Cruz (Aracruz), impossibilitadas de pescar durante o período de realização das pesquisas sísmicas são compensadas pelo PCAP⁹⁴. Tal plano procura compensar especificamente as comunidades que desenvolvem a pesca artesanal, “[...] por meio da implementação de projetos específicos, que atendam às necessidades das comunidades pesqueiras [...]”, (RIMA 2010, p. 59).

A fim de atender as condicionantes do IBAMA, de forma a orientar os objetivos do PCAP, a empresa Cepemar, juntamente com funcionários da empresa do setor petrolífero, realizou um “Ciclo de Oficinas de Elaboração de Projetos” visando auxiliar os atores envolvidos na cadeia produtiva da pesca a escolher e escrever projetos importantes para as comunidades envolvidas⁹⁵, seguindo os seguintes requisitos:

- a. Os projetos devem ser coletivos e elaborados de maneira participativa;
- b. Os projetos não podem constituir ações que são de obrigação do governo (municipal, estadual ou federal);
- c. Os projetos devem apresentar viabilidade ambiental e econômica, pressupondo contrapartida da comunidade em seu desenvolvimento;
- d. Os projetos deverão promover um processo educativo, deixando bem clara a responsabilidade das partes na implementação e gestão coletiva dos projetos;
- e. Formar o Grupo de Trabalho que irá conduzir o projeto;
- f. Os projetos não podem gerar um maior esforço de pesca (sobrepesca) nem resultar em degradação ambiental.

⁹⁴ Plano de Compensação da Atividade Pesqueira da Pesquisa Sísmica Marítima 4D.

⁹⁵ Como atores da cadeia produtiva da pesca compreendem-se: pescadores (as), catadores (as), marisqueiros (as), proprietários de embarcações, beneficiadoras do pescado, atravessadores, peixarias, lideranças, instituições, entre outros.

3.2.1 Reunião dia 23 de setembro de 2011

No dia 23 de setembro de 2011 foi realizada uma das reuniões do “Ciclo de Oficinas de Elaboração de Projetos”, conduzida por funcionários da Cepemar e da empresa do setor petrolífero. Tendo em vista que a ASPER ficou incumbida de fazer os convites para classe pesqueira, somente os associados foram convidados, ou seja, nem todos os atores envolvidos na cadeia produtiva da pesca estavam presentes. Cabe aqui salientar que o convênio entre Petrobrás e comunidade pesqueira é firmado via ASPER, ou seja, uma entidade jurídica. Entre os 23 pescadores também estavam presentes dois funcionários do Projeto Tamar que tiveram voz durante toda a reunião, além de terem feito uma reunião prévia no porto com os pescadores.

Iniciou-se a reunião com a leitura da cartilha do PCAP entregue aos participantes na entrada do auditório do Centro Ecológico do Projeto Tamar. Nesse momento o constrangimento pairou entre a maioria dos presentes, tendo em vista que não conseguiam acompanhar a leitura devido ao alto grau de analfabetismo entre os presentes. Logo após a leitura foi informado aos presentes o valor fixado pelo IBAMA/IEMA de R\$ 150.000,00 para a compensação em questão. Em seguida iniciou-se a leitura de um diagnóstico que segundo funcionária X, da empresa do setor petrolífero, tinha sido realizado em reunião anterior⁹⁶, o que auxiliaria na definição das reais necessidades da comunidade no momento. Vários itens foram questionados pelos pescadores, dentre eles o valor destinado para compensação, bem como sua forma de destinação. Para alguns o valor deveria ser dividido entre os pescadores, ao invés de ser destinado para um projeto específico.

“ _ Quem definiu esse valor de R\$ 150.000,00? (participante A, pescador).

“ _ O IBAMA que define o valor” (funcionária X da empresa do setor petrolífero).

“ _ O IBAMA não está passando necessidade, quem tá passando necessidade somos nós. O IBAMA não deve dizer o que nós precisamos. Precisamos de soluções imediatas, queremos dividir o dinheiro” (participante A, pescador).

⁹⁶ Nessa reunião onde eu não estava presente foi aprovado o projeto de construção de uma loja de pesca, também no valor R\$ 150.000,00, tendo em vista a dificuldade de acesso até Linhares para compra dos apetrechos utilizados durante as pescarias. Apesar de o projeto ter sido aprovado pelo IBAMA, as obras ainda não iniciaram.

A funcionária X que conduzia a reunião explicou que aquele valor era referente à legislação vigente e que era necessário que eles votassem um projeto para ser executado com aquele valor, pois, caso contrário, não teriam para quem destinar a verba. Devido à indignação da maioria dos presentes o funcionário Y do Projeto Tamar interveio com a seguinte fala:

“_ Essa é a legislação que a gente tem, é o valor que a gente tem”
(Funcionário Y do Projeto Tamar).

Os pescadores conduzidos pela funcionária X tinham que sugerir propostas de projetos que apresentassem viabilidade ambiental e econômica, pressupondo contrapartida para comunidade. Entretanto os pescadores insistiam em falar sobre a inviabilidade de executar qualquer projeto com apenas R\$ 150.000,00.

“_ Antes de existir a Petrobrás existia o pescador, mas ela tá tomando conta de tudo, vai virar escravidão daqui uns dias. Ela e a Aracruz acabam com o rio Doce! E o pescador? Se depender da Petrobrás a gente morre, o pescador tem que se virar. E depois é o pescador que acaba com os peixes” (Participante B, pescador).

“_ As coisas estão acontecendo, o dinheiro dá para fazer alguma coisa. Tem que acreditar!” (Funcionária Z da empresa do setor petrolífero).

Em seguida o funcionário Y do Projeto Tamar, também interveio dizendo que tinha uma proposta, o que desencadeou novas propostas resultando nas seguintes opções:

1. Caminhão baú / criação de peixe;
2. Construção de barracão no porto;
3. Sinalização da foz do rio Doce;
4. Instrumentos para potencializar o turismo;
5. Conversão dos motores de biodiesel para utilização do óleo de cozinha;
6. Complementar estrutura de beneficiamento;
7. Outro veículo para ASPER;
8. Reforma da frota;

9. Compra de materiais para loja de pesca⁹⁷.

Insatisfeitos e revoltados com as opções que foram sugeridas de forma “participativa” alguns pescadores mais exaltados retiram-se do auditório e foram embora recusando até o lanche que foi servido. Durante o intervalo ouvi algumas falas dos pescadores, que se mostravam indignados com o que acontecia.

“_ Isso é uma falta de respeito com o pescador.”

“_ Isso é um cala boca pra gente rapaz.”

“_ Vamos comer⁹⁸ [foto 28] porque a Petrobrás só serve pra isso, dá comida para gente.”

“_ Essa renda não vai chegar até o pescador porque a gente vai ter que comprar o que foi doado. No meu ponto de vista essa é uma propaganda enganosa.”

“_ Com a sísmica os peixes acabam tudo. A Petrobrás não tá nem aí, faz seu projeto e pronto.”



Fotografia 28: Lanche servido aos pescadores durante a reunião. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 22/11/11.

Depois do lanche foi realizada a votação dos projetos que foram sugeridos, sendo escolhido o item 9, compra de materiais para loja de pesca⁹⁹. Logo, foi eleito o grupo

⁹⁷ A loja de pesca foi o projeto eleito pelos pescadores no ano de 2010, referente à outra compensação. Segundo informações da funcionária Z, o projeto foi aprovado, eles já sabem onde será construída a loja, entretanto os trabalhos ainda não começaram.

⁹⁸ Pescador referindo-se ao farto lanche oferecido pela Petrobras durante as reuniões.

⁹⁹ Projeto de compensação das pesquisas realizadas no campo de Camarupim.

de trabalho que irá escrever o projeto, bem como transmitir aos demais as decisões tomadas pelo grupo. A reunião foi finalizada com a seguinte frase:

“_ Parabéns pela reunião, foi um processo democrático!” (Funcionária Z da empresa do setor petrolífero).

3.2.2 Reunião dia 22 de novembro de 2011

No dia 22 de novembro de 2011 foi realizada outra reunião [foto 29] do PCAP, dessa vez devido a uma carta da ASPER solicitando à empresa do setor petrolífero nova reunião para redefinição da proposta de projeto votada¹⁰⁰ na reunião anterior. Cabe que salientar que nenhum dos pescadores que conversei antes da reunião soube me dizer o que iria ser tratado, eles apenas me disseram que tinham recebido uma ligação convidando para reunião. Notei que o convite da reunião dessa vez tinha sido realizado diretamente pela empresa do setor petrolífero diferente da forma usual, via ASPER.



Fotografia 29: Reunião no Centro Ecológico do Projeto Tamar. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 22/11/11.

A funcionária X da empresa do setor petrolífero iniciou a reunião dizendo que iriam ser tratadas duas questões. Em primeiro lugar a alteração de prioridade levantada na última reunião e, posteriormente, seria apresentado por dois analistas do IBAMA

¹⁰⁰ Compra de materiais para loja de petrechos.

algumas restrições sobre o projeto da loja de pesca. Ela explicou um pouco sobre o plano de compensação, esclarecendo que os pescadores deveriam restringir sua área de pesca ficando no mínimo a 50m de distância do navio de pesquisa sísmica. Após sua fala o participante B, pescador, fez o seguinte comentário:

“ _ Isso se a gente achar o peixe depois, porque quando o navio passa demora um ano para o peixe voltar” (participante B, pescador).

“ _ A compensação é referente à restrição e não ao afugentamento dos peixes, não existe nenhuma comprovação científica de que as pesquisas sísmicas afugentam os peixes” (funcionária X da empresa do setor petrolífero).

Depois ela explicou que a empresa do setor petrolífero tinha recebido uma carta da ASPER solicitando alteração da prioridade levantada na reunião anterior. Sendo assim a carta solicitava que ao invés de destinar o valor de R\$ 150.000,00 para compra de equipamentos de pesca, o recurso fosse utilizado para conversão da câmara existente por câmara de congelamento e melhoria da Unidade de Beneficiamento do Pescado para obtenção do Selo de Inspeção Sanitária Estadual (SIE), visando à comercialização dos produtos em outros municípios dentro do Estado. E por esse motivo a empresa do setor petrolífero estava ali para verificar se era isso mesmo que eles queriam. A projeção seguida da leitura da carta aos presentes gerou incômodo entre os pescadores tendo em vista que somente alguns sabiam de sua existência.

“ _ Eu concordo com a conversão da câmara fria, mas o Leônidas¹⁰¹ tinha que avisar sobre essa carta, ele tinha que conversar com o pessoal primeiro” (participante B, pescador).

“ _ A ideia é que a conversa seja feita hoje” (funcionária X da empresa do setor petrolífero).

“ _ Essa carta a gente não sabe de nada não, então ele tem que explicar” (participante C, pescador).

A funcionária X então explicou mais uma vez que o estudo realizado pelo Sebrae para implantação da loja apontou que não seria necessário um valor¹⁰² para comprar

¹⁰¹ Presidente da Associação de Pescadores de Regência Augusta – ASPER.

¹⁰² Segundo Plano de Viabilidade realizado pelo SEBRAE para loja de pesca, dos R\$ 150.000,00 foi destinado R\$ 67.000,00 para o estoque inicial dos seguintes apetrechos: panos para rede, cordas, chumbos, caixas de isopor, anzóis, linha de nylon, boias, coletes e cola araldite 170g.

materiais de pesca, a loja seria auto-sustentável e por isso a ASPER tinha enviado a carta para empresa do setor petrolífero.

“_ Então aquela reunião não valeu de nada?” (participante C, pescador).

Nesse momento o participante D, presidente da ASPER, respondeu rispidamente com uma fala direcionada ao participante C, pescador.

“_ Olha, ele não é sócio, é um dos que mais atrapalha a Associação, não foi convidado para essa reunião, nem sei o que ele tá fazendo aqui!” (participante D, presidente da ASPER).

A funcionária X da empresa do setor petrolífero interveio dizendo que a compensação era para todos, não somente para os associados, entretanto a empresa do setor petrolífero referia-se a associação porque tinha que se reportar a uma entidade que representasse os pescadores, que iria gerir o projeto. O participante D explicou que iria gastar R\$ 50.000,00¹⁰³ para a conversão da câmara e o restante para a Unidade de Beneficiamento. O participante C então questionou a destinação do valor:

“_ Esse dinheiro tem que beneficiar os pescadores e não a Associação” (participante C, pescador).

“_ A ideia é beneficiar você! O peixe dos não associados pode ser vendido pela associação em prol do pescador” (funcionária X da empresa do setor petrolífero).

“_ Você tá falando isso porque não mora aqui. A Associação tá toda irregular, a documentação pode estar certa, mas o resto... Isso aí não funciona não!” (participante C, pescador).

Após mais discussões a cerca da associação a reunião foi interrompida com a fala do participante E, funcionário da Prefeitura Municipal de Linhares:

“_ Gente, [...] acho que vocês estão perdendo tempo discutindo. O IBAMA está aqui hoje, coisa que todo mundo quer e é raro acontecer. O momento é de discutir propostas. Foi feito um diagnóstico sério pela CTA¹⁰⁴, a Petrobrás engavetou esses projetos e pegou projetinhos que estão prejudicando a comunidade pesqueira como um todo. Atratores artificiais,

¹⁰³ Em um segundo momento o participante D disse que o valor para conversão seria de R\$ 22.000,00.

¹⁰⁴ CTA é uma empresa prestadora de serviços da empresa do setor petrolífero.

por exemplo, um projeto que não é de interesse da Petrobrás, beneficiaria a todos” (participante E, funcionário da Prefeitura Municipal de Linhares).

A funcionária X da empresa do setor petrolífero respondeu ao participante E, funcionário da Prefeitura Municipal de Linhares que o diagnóstico ao qual ele se referiu não estava engavetado, tinha sido utilizado na última reunião para definição das prioridades. Ela também salientou que o diagnóstico estava sendo utilizado como apoio para o PCAP que por sua vez é tido como uma compensação imediata. Logo após foi aberta a votação a favor ou contra a solicitação da carta da Associação, vencendo com 31 votos a favor da conversão da câmara e melhorias na Unidade de Beneficiamento.

A segunda etapa da reunião foi conduzida pelo funcionário K, analista do IBAMA. Sua fala foi direcionada às restrições impostas pelo IBAMA para implantação da loja de pesca, a saber:

- a. Comercialização de determinado número de panos de rede por mês;
- b. Cadastro do pescador no ato da compra (nome do pescador, CPF e número da embarcação);
- c. Preço diferenciado dos produtos apenas para as pessoas de fora ou turista, para os demais o valor deverá ser o mesmo sem discriminação de associados¹⁰⁵ ou não;
- d. O coordenador¹⁰⁶ geral do projeto deverá ser remunerado e não poderá ser o presidente da associação.

O funcionário K, analista do IBAMA, esclareceu que esse tipo de projeto normalmente não é aprovado pelo IBAMA, tendo em vista que pode ocasionar a sobrepesca, entretanto, devido às condições de acesso de Regência à Linhares para compra dos apetrechos, o projeto tinha sido aprovado com as ressalvas citadas acima, finalizando assim a reunião.

¹⁰⁵ Nesse momento todos aplaudiram o funcionário K.

¹⁰⁶ No projeto elaborado de viabilidade da loja de pesca elaborado pelo SEBRAE o participante D, foi nomeado como coordenador do projeto.



Fotografia 30: Reunião no Centro Ecológico do Projeto Tamar. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 22/11/11.

A partir das observações realizadas durante as reuniões descritas acima podemos perceber que a empresa do setor petrolífero, a fim de atender as condicionantes do IBAMA para aquisição do licenciamento ambiental, necessita se reportar a uma entidade que represente os pescadores, no caso a ASPER. Dessa forma, tal empresa por meio da implementação de projetos, compensa financeiramente a comunidade pesqueira artesanal de Regência Augusta pelo prejuízo imposto. No caso, referente somente à restrição da área de pesca, desconsiderando especificidades locais.

A ASPER por sua vez, pode ser vista como um tipo de organização social que de fato não expressa o sentido real do associativismo. Assim sendo, a associação perde sua legitimidade perante a comunidade pesqueira de Regência Augusta, como uma entidade representativa. Podemos observar diferentes opiniões dos pescadores a cerca da ASPER. Por um lado, há uma minoria que está à frente das decisões tomadas pela associação, fazendo uso dos benefícios e parcerias firmadas. Enquanto do outro lado temos a maioria, dividida entre associados não pagantes e não associados, que ficam de certo modo à margem das decisões que envolvem a associação, mas que em termos substantivos também lhes dizem respeito. Possivelmente, devido à ausência de um senso de pertencimento entre os pescadores, os não associados não se unem aos associados em prol dos interesses comuns.

Toda a dinâmica do campo do desenvolvimento apresentada acima altera os modos de vida e de trabalho dos pescadores. Os projetos de compensação apresentam uma lógica e exigem padrões tanto de socialização quanto de informação que não estão constituídas entre tais grupos. A ASPER, alvo de interesse de determinados agentes é vista tanto como pessoa jurídica, pela empresa do setor petrolífero, como uma instituição que funciona somente no papel, segundo os pescadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse tópico retomo algumas questões retratadas nesse estudo. Para tanto recorro à problemática¹⁰⁷ exposta na introdução do trabalho.

A relação de convivência estabelecida entre a pesquisadora e moradores de Regência Augusta foi determinante na formulação da problemática condizente com a realidade local. Durante a pesquisa participante foi possível à realização de recortes em torno do objeto direcionando dessa forma o estudo onde o espaço marítimo tornou-se o pilar de sustentação da pesquisa, tanto pelo valor simbólico quanto pelo valor prático.

O modo de vida da comunidade de pescadores está diretamente relacionado aos recursos naturais da região onde se sustenta. Dessa forma, vimos que o rio Doce, local onde se predominava as pescarias, encontra-se ameaçado devido à utilização de suas águas na cadeia produtiva de Projetos de Grande Escala (PGE) implantados na região. O ambiente então se torna inadequado para reprodução e sobrevivência dos peixes levando os pescadores a alterarem sua dinâmica social e de trabalho. As mudanças no ambiente natural, rio Doce, aliadas ao crescimento populacional, sobrepesca, chegada de atravessadores, dentre outros fatores têm levado os pescadores a realizem suas pescarias no mar.

Nesse sentido, quando os pescadores se lançam ao mar deparam-se com pesquisas sísmicas marítimas realizadas por uma empresa do setor petrolífero. As possíveis alterações no meio natural marítimo, causadas pela sísmica, vão ao encontro dos depoimentos dos pescadores que destituídos de caráter científico, são expressões de como tais atividades são percebidas e como se tornam fontes de riscos e comprometimento à pesca artesanal. Vimos também que a atividade pesqueira e a aquisição de dados sísmicos são formas mutuamente excludentes de uso do espaço marinho, implicando no estabelecimento de uma área de exclusão temporária para as atividades pesqueiras.

¹⁰⁷ “Como os pescadores artesanais de Regência Augusta ressignificam seus trabalhos pesqueiros e práticas sociais, sobretudo diante de reflexos gerados por Projetos de Grande Escala (PGE’s)?”

A avaliação dos impactos socioeconômicos e ambientais é conduzida por intermédio de licenciamento ambiental onde são propostas medidas compensatórias baseadas no dimensionamento financeiro do prejuízo imposto à comunidade. No capítulo III vimos o relato de duas reuniões do PCAP realizadas com a comunidade pesqueira de Regência Augusta, a fim de atender as condicionantes do IBAMA para aquisição do licenciamento ambiental pela empresa do setor petrolífero. Vimos também que a empresa do setor petrolífero por meio da implantação de projeto necessita se reportar a uma entidade que represente os pescadores, no caso a ASPER.

A ASPER apresenta-se como ferramenta política, alvo de interesses de atores locais e outsiders, o que pode contribuir para sua fragilização. Na situação apresentada no capítulo anterior os pescadores não se apresentaram como um grupo coeso em oposição à empresa do setor petrolífero, também representada pela Cepemar. Utilizando palavras do participante A, pescador, em fala já reproduzida anteriormente: “Com a sísmica os peixes acabam tudo. A Petrobrás não tá nem aí, faz seu projeto e pronto” (p.85), podemos verificar que a indignação dos mesmos se mostra insuficiente para resistir à pressão a que são submetidos.

Dessa forma, as reuniões do PCAP transformam-se em arenas onde os atores locais são pressionados pelos *outsiders* a tomarem decisões sobre a implantação de projetos que apresentem viabilidade ambiental e econômica, sem que estes tenham desenvolvida uma cultura voltada para esse tipo de ação. Enquanto isso os pescadores em busca de soluções imediatas para os problemas¹⁰⁸ do dia a dia solicitam que o valor da compensação seja repassado para cada pescador. Mas devido à fragilidade do associativismo da classe acabam por ceder à pressão dos *outsiders* presentes. O campo do desenvolvimento (RIBEIRO, 2008) ganha, portanto, a sua conformação em Regência Augusta.

Tais compensações ambientais, no entanto, têm potencializado os conflitos existentes no dia a dia da pesca entre os associados e não-associados. O favoritismo aos associados pode ser notado por meio da forma de convite para as

¹⁰⁸ Consertar embarcação, pagar contas atrasadas, comprar congelador, levar familiares ao médico na cidade, comprar apetrechos de pesca, dentre outros.

reuniões, enquanto na reunião do dia 23/09/11 os pescadores foram convidados por alguém da comunidade, onde os associados são avisados, na reunião do dia 22/11/11, com a presença do IBAMA, os convites foram realizados via telefone respaldando dessa forma a presença dos não associados.

Quanto aos depoimentos acerca do afugentamento do pescado, diz-se que este é recorrente no dia a dia da pesca. Todavia podemos notar que os mesmos são inviabilizados tanto pela empresa do setor petrolífero quanto pelo IBAMA, por serem destituídos de valor científico. Ainda nesse sentido, na tentativa de incorporar questões ambientais às estratégias da empresa, faz-se o uso de um modelo “democrático” de participação, no qual os projetos devem ser elaborados de forma conjunta por toda a coletividade organizada. No entanto, não havendo uma genuína cultura política previamente gestada, as ações dos pescadores ficam engessadas nesse tipo de associativismo que muito mais reproduz as relações personalistas do que impulsiona as necessárias transformações. Nesse processo a comunidade pesqueira de Regência torna-se um objeto de político dos PGE´s.

Cria-se nesse campo de desenvolvimento uma interdependência mútua entre *outsiders* e atores locais, seja por meio de compensações ambientais regulamentadas ou compensações informais como, por exemplo, a doação de equipamentos para sede da ASPER. Tal observação nos faz refletir se essas compensações informais não se tratam de negociações para que ambas as partes tenham uma convivência harmoniosa. Sendo assim, a dependência dos grupos atingidos mostra-se diretamente proporcional aos impactos no meio natural, onde esses retiram sua subsistência.

Em suma, o que busquei nessa dissertação, realizada por meio de observação participante, foi entender as mudanças no trabalho pesqueiro e os mecanismos de adaptação social perante os reflexos gerados por um PGE´s instalados no distrito de Regência Augusta. Na primeira parte do texto realizamos uma caracterização da pesca em Regência Augusta, onde foram diagnosticados reflexos de alguns PGE´s sobre o maior corpo de água doce do Estado do Espírito Santo, o rio Doce. Tal fato ocasionou mudanças não somente no trabalho que passou a ser realizado predominantemente no mar, mas também na dinâmica social dos pescadores.

Dessa forma no Capítulo II tentamos descortinar, sobretudo por meio da fala dos pescadores, os modos como os mesmos percebem tais mudanças e como estas geram alterações nas suas atividades pesqueiras. Para tanto recorreremos à descrição de dois tipos de pescaria, a saber: a pescaria de rede de espera no rio, predominante há cerca de quatro décadas atrás, e a pescaria de espinhel, no mar. Nessa última modalidade, preferida entre os mais jovens, nos deparamos com a restrição da área de pesca por conta de vários fatores, dentre eles privilegiamos os estudos sísmicos.

No último capítulo aprofundamos, finalmente, os comprometimentos dos impactos advindo desses estudos. Também esclarecemos como a empresa do setor petrolífero presente na localidade, por meio de licenças ambientais, recompensa a comunidade pesqueira da Vila pelos impactos negativos relacionados às atividades derivadas dessas pesquisas.

REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich. **La sociedad Del riesgo mundial**. Em busca de La seguridad perdida. Barcelona/Buenos Aires/México: Paños, 2008. Capítulo: VII - ?Saber o no-saber? Dos perspectivas de La “modernização reflexiva”.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo: metodologia de pesquisa na sociologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Decreto-lei nº 221/67, de 29 de junho de 2009. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília 7 de agosto de 1997. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9478.htm>. Acesso em: 2 de out. 2011.

BRASIL. Decreto-lei nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília 7 de agosto de 1997. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9478.htm>. Acesso em: 02 de out. 2011.

BRASIL. Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e da Pesca. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília 7 de agosto de 1997. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L11958.htm>. Acesso em: 02 de out. 2011.

BRASIL. Decreto-lei nº 99.274, de 06 junho de 1990. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília 7 de agosto de 1997. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9478.htm>. Acesso em: 20 de ago. 2011

BRITTO, Rosyan. **Modernidade e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo - RJ**. Niterói: UFF, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. **Imaginário e imaginação na encruzilhada** – In: _____. **Figuras do Pensável: As encruzilhadas do labirinto VI**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 139-162.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

DIEGUES, Antônio Carlos. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica**, Lisboa, v. 3, p. 361-375, 1999.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrolado: o que a globalização está fazendo de nós**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **As consequências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **Em defesa da sociologia: ensaio, interpretações e trélicas.** São Paulo, 2001.

_____. **O mundo na era globalizada.** Tradução de Saul Barata. 6. ed. Lisboa: Presença, 2006.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Sertão, território e fronteira: expansão territorial de Minas Gerais na direção do litoral. **Revista Fronteiras**, Dourados, V. 10, n. 17, p. 69-96, jan./jun. 2008.

HOBBSAWN, Eric e T. Ranger. **A Invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Informação ELPN/IBAMA nº 012/03. Disponível em: www.anp.gov.br/brasil-rounds/round7/round7/guias_r7/sismica_r7/Infotec.pdf>. Acesso em: 02 out. 2011.

Informação Técnica nº 02/2006 – Centro Tamar-IBAMA. Disponível em: Acesso em: 28 jun. 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da Fotografia e da Imagem.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MEDEIROS, Rogério. **Espírito Santo: maldição ecológica.** 1 ed. Rio de Janeiro: Semente Ltda., 1983.

MEIRELLES, Daniela; CALAZANS, Marcelo. **H2O para celulose x água para todas as línguas: o conflito ambiental no entorno da Aracruz Celulose S/A – Espírito Santo.** [S.l.: s.n.], 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O Trabalho do antropólogo. **Revista de Antropologia**, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

PCAP. Plano de Compensação da Atividade Pesqueira da Pesquisa Sísmica Marítima 4D. Cartilha oferecida pela Cepemar nas reuniões do PCAP.

PORTUGUEZ, Aderson Pereira. **Desarrollo local y estrategias de supervivencia de las comunidades de pescadores en el litoral norte del Estado do Espírito Santo.** 2009. 615f. Tese (Doctorado em geografia y desarrollo: território, sociedad y turismo) – Universidad Complutense de Madrid, Facultad, Madrid.

PRADO, Simone Moutinho. **Da Anchoa ao Salário Mínimo. Uma Etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo.** Niterói: EDUFF, 2002.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **“Ah, esse povo do mar!”**: trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. Recife: UFPE, 2002.

REIS, Regina Lúcia Paiva Rabello. **Caboclo Bernardo**: história e cultura na barra do rio Doce. Linhares: Unilinhares, 2003.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **CEBRAP** no. 80 São Paulo Mar. 2008.

_____. Bichos-de-Obra – Fragmentação e reconstrução de identidades. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1992.

RIMA. Relatório de Impacto Ambiental da Atividade de Pesquisa Sísmica Marítima 4D nas Áreas dos Campos de Golfinho, Canapu, Camarupim, Camarupim Norte, Peroá e Congoá, na Bacia do Espírito Santo. 2010 Disponível em: Acesso em: 21 ago. 2011.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornelia. **Etnografia**: saberes e práticas. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. Ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

SILVEIRA, Pedro Castelo Branco. Pesca artesanal, territórios e os impactos dos grandes empreendimentos. **Coletiva**, [S.l.], n. 3, jan/fev/mar. 2011. Disponível em: <www.coletiva.org>. Acesso em: 28 de junho de 2011.

VALIM, Hauley Silva. **Religião e etnicidade**: o herói Caboclo Bernardo e a construção da identidade étnica na vila de Regência Augusta – ES. 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do campo, 2008.

VELHO, Gilberto. **Subjetividade e Sociedade**: uma experiência de geração. Rio de Janeiro, 2006.

ZUNTI, Maria Lucia Grossi. **Panorama histórico de Linhares**. Linhares: Prefeitura Municipal de Linhares, 1941.

APÊNDICES

APÊNDICE A – VIAGEM

O percurso, de cerca de 120 km, utilizado pela maioria dos turistas que vêm da capital do Estado de carro para Regência Augusta é realizado pelo litoral, rodovia ES-010 até Vila do Riacho, seguido por cerca de 30 km de estrada de terra. O deserto verde dos eucaliptos emerge durante todo o percurso ultrapassando pastos destinados ao gado de corte. Já para a maioria dos nativos e turistas que realizam o trajeto de ônibus o caminho é outro, sendo necessário percorrer 133 km de Vitória até Linhares, pela BR-101¹⁰⁹. De Linhares a Regência são mais 58 km sendo que destes apenas 10 km são asfaltados. Para realizar tal percurso se faz necessário pegar dois ônibus, de Vitória para Linhares e de Linhares para Regência. Os horários de ônibus de Linhares para Regência são reduzidos a 3 vezes ao dia e não são raros os acidentes nesse trecho durante a noite. As condições precárias dos ônibus, bem como o valor da tarifa de R\$ 11,00 por trecho são reclamações triviais entre os moradores da Vila. A manutenção dos trechos sem pavimentação é realizada pela Prefeitura de Linhares e pela Petrobrás.

No percurso do município até Regência, passamos pela comunidade de Perobas, localizada a 18 km de distância da sede do município ainda no trecho asfaltado. No término do asfalto a paisagem altera-se dependendo da época do ano em forma de lama ou poeira. A agropecuária destaca-se na economia do Município, com ênfase à pecuária. A paisagem deste percurso é marcada por pastos destinados à produção intensiva de gado de corte, enquanto antigas fazendas de produção de cacau compõem o cenário com suas barcaças de secagem. Os solos arenosos acolhem vastas plantações de mamão papaya fazendo do município o maior exportador brasileiro.

¹⁰⁹ A inauguração, em 1972, do asfaltamento desta BR que liga Vitória ao sul e ao norte do Estado até São Mateus, assim como a construção da ponte Presidente Vargas, sobre o rio Doce, contribuíram para o desenvolvimento socioeconômico do Município de Linhares de onde Regência é distrito.

Tendo em vista que as pastagens não desenvolvem na sombra, a maior parte do percurso é marcada por cemitérios de tocos de árvores que ainda persistem. As consequências que viriam após o desmatamento das florestas do Norte do Estado foram advertidas pelo cientista capixaba Augusto Ruschi desde 1973 (MEDEIROS, 1983). Segundo palavras de Ruschi (apud Medeiros, 1983, p. 29) “Há regiões em que o terreno passou da floresta para a pastagem e logo virou caatinga. O rio Doce está morrendo, Era fundo, ficou raso. A vida animal extinguiu-se dentro dele. Está sendo assoreado.” A região do município de Linhares, sofreu forte processo de degradação ambiental durante o período de ocupação de suas terras. Grande parte de sua cobertura vegetal nativa, especialmente a Mata Atlântica, foi removida para comercialização da madeira e para os plantios agrícolas ou introdução de pastagens. Acho melhor colocar isso em nota de rodapé.

Atualmente o município possui, além das manchas remanescentes da Mata Atlântica em propriedades particulares, quatro reservas que preservam o que restou, a saber: Reserva Biológica de Sooretama e Reserva Florestal de Linhares ao norte do município; Reserva de Comboios, próxima ao litoral no distrito de Regência; Floresta Nacional de Goytacazes, ao sul do rio Doce, próxima a sede do município. A vegetação que ainda resta modifica-se à medida que nos aproximamos do litoral, as árvores diminuem de tamanho tornando-se cada vez mais rasteiras até alcançar a restinga. Essas áreas de influência, denominadas restinga, são compostas por ecossistemas que mantêm estreita relação com o oceano e simultaneamente com o homem, particularmente para o desenvolvimento de atividades turísticas. Além disto, possui características próprias relativas à composição florística.

Após a Ponte Nova, existe uma bifurcação onde o destino de ambos os caminhos é o mesmo, a estrada principal da Vila de Regência Augusta. Na estrada à direita encontramos a aproximadamente 7 km da Vila Regência a sede do Projeto Tamar-ICMBio e da Reserva Biológica de Comboios. Neste trecho encontramos inicialmente duas entradas na beira da praia, denominadas de *point 1*, *point 2*. Estes pontos são frequentados por surfistas que vem de todo o Brasil a procura da onda perfeita¹¹⁰. A maioria dos que frequentam tais picos não chegam a ir até a Vila,

¹¹⁰ A praia de Comboios abriga uma das melhores ondas do Brasil.

retornando dali mesmo após o surf. Enquanto os que ficam para pernoitar geralmente se limitam a vigiar as ondas na praia e frequentar o forró¹¹¹, o que gera conflito com os surfistas mais antigos que relatam ter uma relação diferente com as ondas. Estes defendem que os que ficam no forró até de manhã viram a noite bebendo, saem do forró e caem na água para surfar colocando em risco a integridade dos que foram dormir cedo para surfar pela manhã.

Retomando o percurso, em torno de 4 km adiante, após a base da Reserva Biológica de Comboios, temos o terminal aquaviário de Regência, conhecido entre os nativos e turistas como tonéis. Neste trecho a vegetação rasteira é alterada por palmeiras que foram plantados ao redor da construção encravada em meio à restinga. Em frente aos tonéis também existe um pico de surf atualmente bastante frequentado pelos surfistas que se sentem mais seguros em deixar seus veículos em frente às construções devido às câmeras de filmagem existentes como forma de proteção aos veículos. Os assaltos são recorrentes, entretanto se intensificam durante os feriados prolongados e finais de semana. Sem um posto policial ou investigações a respeito não se sabe ao certo se os assaltantes são pessoas *de fora*¹¹² ou da própria Vila. Existem mais duas entradas que dão acesso à praia, sendo essas utilizadas prioritariamente pelos moradores.

A estrada da esquerda foi construída com o propósito de desviar o fluxo de caminhões da Petrobrás que passavam pela estrada, mencionada anteriormente, disputando espaço com os nativos e principalmente com os turistas, surfistas e visitantes do Projeto Tamar. Quem opta por esta estrada encontra pastos e gado cercados por lagoas formadas devido à regressão do mar. A cerca de 6 km da entrada da vila passamos por um pequeno trecho asfaltado que parece mais uma ilusão de ótica em meio a tal cenário. Esse se justifica pela presença do terminal petrolífero de Regência – “TORGUA, construído em 1981. Se ao invés de

¹¹¹ Essa atividade turística acontece no estabelecimento Choupana da Praia, na rua da Praia. Frequentado basicamente pelos *de fora*, inicia-se por volta das 1h da madrugada com término por volta das 6h da manhã. Os nativos homens que freqüentam o local ficam a maior parte do tempo observando pelos cantos enquanto as meninas nativas ficam em busca de um *de fora* para dançar.

¹¹² Nesse caso pessoas de fora se refere a pessoas que não moram na vila, o mesmo termo é utilizado para identificar aqueles que residem na vila, mas não são filhos da terra (nascidos em Regência).

passarmos em frente aos tanques da Petrobrás seguirmos adiante, nos deparamos com imensos cavalos de extração de petróleo a caminho da comunidade de Areal.

Na vila de Regência Augusta encontramos todas as ruas sem pavimentação. As casas em sua maioria de alvenaria abrigam por vezes famílias inteiras que dividem suas casas em um mesmo terreno. A área urbana de Regência possui um posto de saúde com atendimento médico duas vezes por semana mediante consulta agendada previamente, um supermercado, vendas, “botecos”, uma associação de pescadores, uma Escola Estadual de Ensino Fundamental, uma associação de moradores, um museu, pousadas, um posto de gasolina e restaurantes que atualmente atendem os funcionários das empreiteiras da Petrobrás e os turistas durante os finais de semana.

APÊNDICE B – SEJAM BEM-VINDOS

A temporalidade dos pescadores que antes era demarcada apenas pelo inverno e verão, seca e cheia, hoje também é marcada pelo calendário das festas devido a inserção econômica do turismo. Na maioria dos casos os pescadores como alternativa econômica alugam suas casas durante as principais festividades que ocorrem na Vila, a saber: Carnaval [foto 31], Festa do Caboclo Bernardo [foto 32], Festa dos Pescadores¹¹³, Fincado do Mastro de São Benedito [foto 33] e Retira do Mastro de São Benedito [foto 34].

¹¹³ No ano de 2011 a festa não ocorreu.



Fotografia 31: Bloco Valete de Ouro entre os foliões Durante Carnaval. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 07/03/11.



Fotografia 32: Banda de congo São Benedito de Regência durante a Festa do Caboclo Bernardo. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 05/06/11.



Fotografia 33: Banda de congo São Benedito de Regência em cortejo pelas ruas durante festa de fincada do Mastro. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 30/10/10.



Fotografia 34: Festa de derrubada do Mastro. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 22/01/11.

Durante as festas o tempo dos Regencianos mescla-se com o tempo dos *de fora*. Todos preparam suas casas para alugar, receber parentes, amigos, amigos dos amigos, tudo se torna permitido. O cotidiano da pacata Vila é interrompido por pessoas em busca do uso do espaço natural, isso inclui passeios destinados principalmente às famílias como: trilhas ecológicas, visitas à base do Projeto Tamar e ao Centro Ecológico, passeio de caiaque. E por outro lado, destinado, sobretudo aos jovens, forró [foto 35], surf [foto 36], festas na varanda, timbres afinados nos

quintais. Seja qual for à diversão todos vão para Regência em busca da tranquilidade que apenas existe na ausência dos então presentes.



Fotografia 35: Forró na Choupana da Praia. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 10/10/10.



Fotografia 36: Surfista na praia. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 30/04/11.

Nesse sentido, Santos (2006, p. 90) reconhece que “cada lugar é teatro de tempos “externos” múltiplos”. Desta forma percebe-se que a Vila passa a viver uma colagem de tempos, enquanto os que vêm de fora buscam o espaço ideal para satisfazerem suas necessidades, os nativos por sua vez ocupam-se em trabalhar e receber os de fora, enquanto os animais perambulam atordoados com a poluição sonora. Todos os

personagens fundem-se contraditoriamente sem dialogarem, em um mesmo espaço [foto 37].



Fotografia 37: Criança que foi quase atropelada por veículo enquanto brincava na rua. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 07/03/11.

Dentre as festas citadas destacamos a festa do Caboclo Bernardo, cuja versão institucionalizada encontra-se na 21ª edição, sendo organizada pelas Secretarias de Cultura do Município e do Estado, juntamente com a Petrobrás e Associação dos Moradores de Regência. Esta ocorre anualmente próxima à data de morte do Caboclo Bernardo, no dia 03 de junho. Não foi possível identificar ao certo quando se originou a Festa do Caboclo Bernardo. Entretanto as narrativas datam o início de tal comemoração, em 1887, quando o Caboclo Bernardo retornou do Rio de Janeiro após ser homenageado pela Princesa Isabel por seu ato de heroísmo.

A história que todos os moradores de Regência Augusta possuem em comum transformou o herói do naufrágio em um modelo de superação a ser seguido, carregando a esperança de que um dia também sejam reconhecidos por superarem todas as adversidades que a natureza lhes impõe na barra do rio Doce [foto 38]. A presença imaginária do pescador Caboclo Bernardo faz parte, portanto, de uma auto-representação dos pescadores, na qual estão expressos os elementos de uma bravura cotidiana.



Fotografia 37: Pescadores na sul do rio Doce. Foto: Charlene Bicalho. Regência/ES em 14/07/11.

APÊNDICE C – “CABOCLO” BERNARDO

A história do “Caboclo” Bernardo merece um relato especial. Nascido na Vila de Regência Augusta, passou para os anais da História do Espírito Santo ao salvar cento e trinta e dois tripulantes do Cruzador Imperial Marinheiro. À 1h e 40min da madrugada do dia 7 de setembro de 1887, o Cruzador chocou-se contra o pontal sul da barra do rio Doce, há duas milhas da desembocadura do grande rio, em Regência Augusta. Enquanto todos diziam que não havia nada a fazer, porque além de ser madrugada reinava uma tempestade, o “Caboclo” Bernardo se lançou corajosamente ao mar, para levar a bordo o “cabo salvador”, com a ponta presa aos dentes.

Por quatro vezes foi repellido pela fúria do mar, mas na quinta atingiu o “Imperial Marinheiro”, iniciando o processo de salvamento pelo cabo que foi amarrado ao navio. Dez pessoas não resistiram e morreram. Diante da percentagem de mortos, o próprio “Caboclo” Bernardo pegou uma pequena chalana, que existia entre os destroços, e ligada ao cabo finalizou o processo de salvamento. Durante cinco horas de lutas incessantes foram salvas cento e vinte e oito vidas.

No dia 29 de Setembro de 1887 o herói nacional foi agraciado pela Imperial Regente, Princesa Isabel, com a medalha humanitária de 1ª classe, cunhada em ouro, juntamente com um envelope lacrado e outro aberto contendo um documento de agradecimento. Após trinta e quatro dias o Caboclo Bernardo regressou do Rio de Janeiro para o seu berço natal, sua querida Regência Augusta.

O imaginário social formado em torno do “Caboclo” Bernardo se mostra mais real do que a realidade propriamente dita. A história que todos os moradores de Regência Augusta possuem em comum transformou o herói do naufrágio em um modelo de superação a ser seguido, carregando a esperança de que um dia também sejam reconhecidos por superarem todas as adversidades que a natureza lhes impõe na barra do rio Doce. Nesse sentido, segundo Valim (2008, p. 64) “[...] Caboclo Bernardo configura-se como uma metáfora ritual dos dramas sociais vivenciados pela comunidade de pescadores”.

Toda sociedade cria e recria seu próprio mundo por meio de significações que lhe são específicas. Utilizando o conceito de Castoriadis (2004), o ato heroico de Bernardo Jose dos Santos faz emergir um magma de significações imaginárias, peculiar à comunidade de Regência Augusta. Estas significações por sua vez estruturam as representações, designam as finalidades da ação e estabelecem os tipos de efeitos característicos daquela sociedade. A presença imaginária do pescador Caboclo Bernardo faz parte, portanto, de uma auto-representação dos pescadores, na qual estão expressos os elementos de uma bravura cotidiana.